



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

JOSINALDO MONTEIRO DA SILVA

**EDUCAÇÃO SEXUAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PROPOSTA PARA
REPENSAR CONCEITOS DE GÊNEROS, CORPOS E SEXUALIDADES COM
CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS**

JOÃO PESSOA
2023

JOSINALDO MONTEIRO DA SILVA

**EDUCAÇÃO SEXUAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PROPOSTA PARA
REPENSAR CONCEITOS DE GÊNEROS, CORPOS E SEXUALIDADES COM
CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia, do
Centro de Educação, da Universidade Federal da
Paraíba, em cumprimento às exigências para a
obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Joseval dos Reis Miranda

JOÃO PESSOA
2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586e Silva, Josinaldo Monteiro da.

Educação sexual na educação infantil: uma proposta para repensar conceitos de gêneros, corpos e sexualidades com crianças de 4 a 5 anos / Josinaldo Monteiro da Silva. - João Pessoa, 2023.
58 f. : il.

Orientação: Joseval dos Reis Miranda.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Educação sexual - educação infantil. 2. Corpos - conceitos. 3. Gêneros - conceitos. 4. Sexualidade. I. Miranda, Joseval dos Reis. II. Título.

UFPB/CE

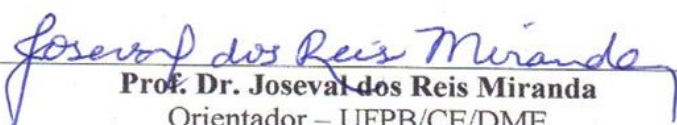
CDU 612.6.057(043.2)

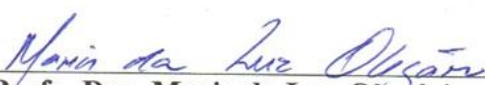
JOSINALDO MONTEIRO DA SILVA

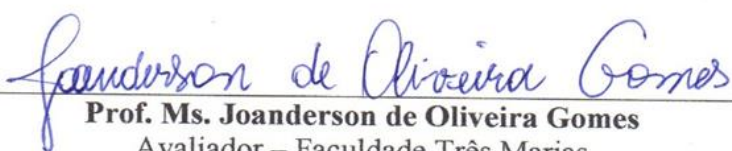
**EDUCAÇÃO SEXUAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PROPOSTA PARA
REPENSAR CONCEITOS DE GÊNEROS, CORPOS E SEXUALIDADES COM
CRIANÇAS DE 4 A 5 ANOS**

Monografia aprovada, como requisito parcial à obtenção de grau de Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, pela seguinte banca examinadora:

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Joseval dos Reis Miranda
Orientador – UFPB/CE/DME


Profa. Dra. Maria da Luz Olegário
Avaliadora – UFPB/CE/DHP


Prof. Ms. Joanderson de Oliveira Gomes
Avaliador – Faculdade Três Marias

João Pessoa
30 de outubro de 2023

A todas as pessoas cujos corpos dissidentes e identidades sexuais e de gêneros desestabilizam as fronteiras do sistema binarista hegemônico de base patriarcal, cisgênero e matriz heteronormativa, em um contínuo movimento de resignificação desses dispositivos históricos, **DEDICO.**

AGRADECIMENTOS

A “Deus”, por ser minha fonte inesgotável de fé e refúgio nas horas de alegrias e tristezas, regozijando-me de força para seguir caminhando.

Ao professor orientador Joseval dos Reis Miranda, por ter concordado em me guiar no desenvolvimento desta pesquisa, indicando-me textos referenciais, lido a minha produção textual, bem como pelas relevantes sugestões, a fim de aprimorar o meu texto.

Às/aos demais professores/as do curso de Pedagogia, do Centro de Educação, da UFPB que contribuíram no transcorrer das aulas, por meio dos componentes curriculares e discussões significativas, para a construção sistemática de saberes plurais e posterior produção deste estudo científico.

Aos/às colegas de turma pelos instantes de risos, troca de experiências, ajuda na resolução das atividades e apoio emocional.

Às amigas Denyse e Mayanny, que estiveram comigo nessa jornada acadêmica, por compreenderem minhas angústias, terem lido algumas de minhas produções textuais e realizado significativos comentários, com a finalidade de tornar as minhas narrativas ainda mais ricas e compreensíveis.

A placa de censura no meu rosto diz: não recomendado à sociedade. A tarja de conforto no meu corpo diz: não recomendado à sociedade. Perverso, mal amado, menino malvado, muito cuidado. Má influência, péssima aparência, menino indecente, viado [...] (PRADO, 2014).

SILVA, Josinaldo Monteiro da. **Educação Sexual na Educação Infantil**: uma proposta para repensar conceitos de gêneros, corpos e sexualidades com crianças de 4 a 5 anos. 2023. 60 p. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, João Pessoa-PB.

RESUMO

A Educação Sexual é um aparato cultural que pode auxiliar significativamente nas discussões sobre os arranjos de gêneros, corporeidade e sexualidades desde a Educação Infantil, a fim de favorecer a (re)significação desses conceitos construídos sócio historicamente. Em vista disso, este trabalho de pesquisa tem como objetivo compreender de que maneira a temática sobre Educação Sexual na Educação Infantil está inserida nas produções acadêmicas no que se refere aos conceitos de gêneros, corpos e sexualidades; além disso, indicamos uma proposta didático-pedagógica que possibilite repensar essas conceituações e sirva de inspiração para a criação de outras atividades. Para tanto, adotamos como percurso metodológico a pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo. Por meio da coleta de dados, foram selecionados 8 artigos, no Portal de Periódicos da CAPES, envolvendo nosso objeto de análise. Logo, fundamentamos nosso trabalho nos estudos de pesquisadores/as que discutem sobre Educação Sexual, gêneros, corpos e sexualidades, entre eles/as, Furlani (2016), Louro (2014), Butler (2018), Nunes e Silva (2006) etc. A partir deste estudo, e considerando o recorte temporal delimitado nesta pesquisa (2019 a 2022), constatamos que as produções acadêmicas apoiam a discussão sobre Educação Sexual desde a mais tenra idade nas instituições educacionais, uma vez que pode favorecer a significativa construção e afirmação identitária das crianças, bem como a desestabilização das normas hegemônicas do sistema binarista heteronormativo cujos discursos corroboram desigualdades e violências contra as pessoas dissidentes. Por conseguinte, desejamos que este trabalho desperte nos/as leitores/as inquietações, impulsionando-os/as a desenvolverem novas pesquisas nessa área temática, com a finalidade de promover uma educação emancipatória, inclusiva, antissexista, capaz de formar cidadãos/ãs que se indignem diante das injustiças sociais, lutando para mudar a realidade em que vivem.

Palavras-chave: Educação Sexual na Educação Infantil; corpos; gêneros; sexualidades.

SILVA, Josinaldo Monteiro da. **Sexual Education in Early Childhood Education**: a proposal to rethink concepts of gender, bodies and sexualities with children aged 4 to 5. 2023. 60 p. Monograph (Graduation in Pedagogy). Federal University of Paraíba, Education Center, João Pessoa-PB.

ABSTRACT

Sexual Education is a cultural apparatus that can significantly assist in discussions about the arrangements of genders, corporeality and sexualities since Early Childhood Education, in order to favor the (re)signification of these socio-historically constructed concepts. In view of this, this research work aims to understand how the theme of Sexual Education in Early Childhood Education is inserted in academic productions with regard to the concepts of genders, bodies and sexualities; Furthermore, we recommend a didactic-pedagogical proposal that makes it possible to rethink these concepts and serve as inspiration for the creation of other activities. To this end, we adopted qualitative bibliographical research as a methodological route. Through data collection, 8 articles were selected from the CAPES Periodicals Portal, involving our object of analysis. Therefore, we base our work on the studies of researchers who discuss Sexual Education, genders, bodies and sexualities, among them, Furlani (2016), Louro (2014), Butler (2018), Nunes and Silva (2006) etc. From this study, and considering the time frame delimited in this research (2019 to 2022), we found that academic productions support the discussion on Sexual Education from an early age in educational institutions, as it can favor the significant construction and affirmation of children's identity, as well as the destabilization of the hegemonic norms of the heteronormative binary system whose discourses corroborate inequalities and violence against dissenting people. Therefore, we hope that this work awakens concerns in readers, encouraging them to develop new research in this thematic area, with the aim of promoting an emancipatory, inclusive, anti-sexist education, capable of forming citizens who are indignant in the face of social injustices, fighting to change the reality in which they live.

Keywords: Sexual Education in Early Childhood Education; bodies; genres; sexualities.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tipos de abordagens de Educação Sexual	16
Quadro 2 – Sistematização das categorias	31
Quadro 3 – Síntese das colaborações das publicações selecionadas para pesquisa	34
Quadro 4 – Objetivos gerais presentes nas produções	36
Quadro 5 – Delineamento metodológico	39
Quadro 6 – Ano de publicação dos trabalhos acadêmicos	39
Quadro 7 – Periódicos e/ou eventos nos quais estão publicados os artigos	41
Quadro 8 – Teóricos/as e obras mais recorrentes nas produções acadêmicas	41
Quadro 9 – Proposta didático-pedagógica	46

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Nuvem de palavras com as palavras-chave contidas nas publicações	43
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 UM DIÁLOGO COM OS/AS AUTORES/AS	15
2.1 Problematizações sobre Educação Sexual	15
2.1.2 A Educação Sexual tem lugar na Educação Infantil?	19
2.2 Noções de sexualidades, gêneros e corporeidade	22
3 PERCURSO METODOLÓGICO	30
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	33
4.1 Uma proposta didático-pedagógica para repensar conceitos de gêneros, corpos e sexualidades na Educação Infantil com crianças de 4 a 5 anos.....	44
5 CONSIDERAÇÕES (LONGE DE SEREM) FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS	55
BREVE CURRÍCULO DO AUTOR	59

1 INTRODUÇÃO

A Educação Sexual¹ constitui um processo que pode ser desenvolvido como estratégia didático-pedagógica de (re)significação das interações e aprendizagens² na Educação Infantil, de maneira que contribui para o desenvolvimento significativo da corporeidade, estreitamento das relações sociais, reconhecimento das diferentes sexualidades, afirmação e construção identitária das crianças, além do combate a qualquer tipo de discriminação no ambiente escolar, pois lhes permitem ressignificarem o conhecimento do corpo e do gênero que foi determinado em seu nascimento.

Convém ressaltar que, no percurso da construção de saberes na instituição educacional, a criança aprende a se relacionar e conviver com outras crianças e outros/as adultos/as, inclusive crianças *queers*, notando as diferenças e pluralidades de sujeitos/as. Assim, a Educação Sexual serve como um artefato cultural³ que, além de gerar debates significativos sobre corporeidade, corrobora a construção das identidades sexuais e de gêneros, potencializando o respeito mútuo às diferenças e o fortalecimento dos laços afetivos entre as crianças. Cientes desses aspectos, importa citar que tanto as vivências na docência da Educação Infantil durante 2 anos quanto a observação das atividades desenvolvidas pelos/as colegas, bem como as tentativas de silenciamento sobre essa temática, por parte das ações governamentais de grupos políticos conservadores radicais do Brasil, motivaram-nos a produzir este trabalho acadêmico.

Em vista disso, nossa pesquisa é impulsionada pela seguinte problemática central: De que maneira a temática sobre Educação Sexual na Educação Infantil está presente na produção acadêmica no que diz respeito aos conceitos de gêneros, corpos e sexualidades? E pelas subsequentes questões complementares: Como a temática sobre Educação Sexual na Educação Infantil é abordada nas produções acadêmicas mapeadas? Como os conceitos de gêneros, corpos e sexualidades perpassam as produções acadêmicas mapeadas? Que atividades didático-pedagógicas podem ser pensadas sobre a Educação Sexual na Educação Infantil, a partir do trabalho com os conceitos de gêneros, corpos e sexualidades?

Isso posto, o objetivo geral deste trabalho é compreender de que maneira a temática

¹ Existem outras nomenclaturas utilizadas na atualidade como, por exemplo, Educação para as sexualidades, Educação e Diversidade Sexual, entre outras; no entanto, optamos por utilizar o termo Educação Sexual em consonância aos trabalhos dos/as estudiosos/as que fundamentam nossa produção monográfica.

² Utilizamos o termo “aprendizagens” considerando que as crianças aprendem e constroem suas subjetividades a partir de diferentes perspectivas conceituais, procedimentais e atitudinais.

³ De acordo com Strobel (2008), os artefatos culturais são expressões das culturas, produções palpáveis e não palpáveis que revelam a forma de ver, entender e modificar o mundo do qual nos apropriamos para o nosso desenvolvimento cognitivo, cultural e de nossa identidade.

sobre Educação Sexual na Educação Infantil está presente na produção acadêmica no que diz respeito aos conceitos de gêneros, corpos e sexualidades. A partir disso, especificamente, desejamos analisar como a temática sobre Educação sexual na Educação Infantil é abordada nas produções acadêmicas mapeadas; verificar como os conceitos de gêneros, corpos e sexualidades perpassam as produções acadêmicas mapeadas; e propor atividades didático-pedagógicas envolvendo a Educação Sexual na Educação Infantil, a partir do trabalho com os conceitos de gêneros, corpos e sexualidades.

Nesse contexto, durante as vivências realizadas com as crianças dessa etapa da Educação Básica, é importante adotar estratégias didático-pedagógicas que evitem a binarização rígida de gêneros nas atividades, ajudando-as na construção e afirmação identitária, bem como no combate às desigualdades entre meninos e meninas, a fim de lhes proporcionar saberes libertadores⁴ e impulsioná-las/os a mobilizarem seus conhecimentos para garantir o convívio fundamentado na visibilidade da diversidade de sujeitos/as, de maneira a (re)significarem as relações na sociedade em que vivem e respeitarem às diferenças. Por isso, a Educação Sexual precisa ser discutida na escola, a fim de estimular a quebra de tabus sexuais, bem como impedir a discriminação, a propagação de preconceitos e a estruturação desigual das relações de gêneros nos diferentes espaços sociais.

Logo, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de problematizarmos as questões referentes à Educação Sexual que influenciam na construção e generificação dos corpos, identidades sexuais e relações de gêneros desde a Educação Infantil, já que essa etapa do ensino básico representa uma fase essencial para o desenvolvimento pleno da criança e reiteração da inscrição de gênero em seu corpo. Considerando que o tipo de abordagem de Educação Sexual empregada no contexto escolar pode cristalizar estereótipos e reforçar as desigualdades entre meninos e meninas.

A partir dessa perspectiva, compreendemos que a Educação Sexual na Educação Infantil deve fazer parte das práticas pedagógicas, à medida que pode auxiliar na afirmação identitária das crianças, no entendimento da corporeidade e na redução das desigualdades de gêneros. A validação ou refutação dessa premissa será realizada com base nos estudos de autores/as que discutem questões alusivas às sexualidades, gêneros e Educação Sexual. Entre eles/as, destacamos os trabalhos de Butler (2018), Louro (2008), Auad (2019), Furlani (2016), Nunes e Silva (2006), etc.

⁴ Segundo Freire (2019), são saberes que rompem a perspectiva bancária de ensino-aprendizagem e possibilitam aos/às sujeitos/as serem agentes que operam e transformam o mundo.

Ademais, em um primeiro momento, destacamos o conceito de Educação Sexual e suas diferentes abordagens educativas. Em seguida, pontuamos algumas questões sobre noções de corpos, sexualidades e gêneros a partir de uma perspectiva pós-estruturalista. Logo após, descrevemos nosso percurso metodológico. Já na quarta seção, mostramos o levantamento e análise dos dados, contrapondo-os aos argumentos teóricos, a fim de apresentar uma proposta didático-pedagógica de Educação Sexual na Educação Infantil, de maneira a favorecer a construção e a não binarização rígida dos corpos, a equidade de gêneros e o respeito a todas as sexualidades, para essa etapa da Educação Básica com crianças de 4 a 5 anos. Por último, apresentamos as considerações finais e referências utilizadas nesta pesquisa.

Por conseguinte, assegurar a inclusão da Educação Sexual na Educação Infantil pode favorecer a problematização significativa de conceitos alusivos aos gêneros, corpos e sexualidades, de modo que possa auxiliar os/as professores/as no desenvolvimento de uma práxis libertadora, inclusiva, não LGBTfóbica, não misógina e antissexista. Posto isso, convidamos-te a se inteirar das discussões realizadas neste trabalho e refletir sobre esses conceitos historicamente construídos.

2 UM DIÁLOGO COM OS/AS AUTORES/AS

Para compreendermos a relevância da discussão sobre Educação Sexual e os conceitos de gêneros, corporeidade e sexualidades pós-estruturalistas na Educação Infantil, é indispensável estabelecer um diálogo com as produções dos/as estudiosos/as que discutem essas questões. A partir desse pressuposto, dividimos este capítulo em três seções, a fim de sistematizar as principais concepções abordadas no nosso trabalho. Logo, em um primeiro momento, apresentamos problematizações sobre Educação Sexual e suas diferentes abordagens educativas. Em seguida, tecemos argumentos que indicam que a Educação Sexual tem lugar na Educação Infantil. Por último, expomos conceitos de corpos, gêneros e sexualidades em uma perspectiva pós-estruturalista.

2.1 Problematizações sobre Educação Sexual

Pensar em Educação Sexual implica entendê-la enquanto prática educacional que extrapola a mera discussão sobre a corporeidade e o ato sexual seguro, já que constitui um processo capaz de contribuir para a construção e afirmação identitária, o respeito à diversidade sexual, a equidade nas relações de gêneros, bem como favorecer o pleno desenvolvimento e a vida saudável das crianças. Nessa perspectiva, alguns temas como cuidar de si e do/a outro/a são relevantes para a compreensão das diferentes sexualidades, a percepção da pluralidade de corpos, de identidades e o estímulo às relações respeitadas. Corroborando essas premissas, define-se que

Educação sexual não é uma “disciplina” à parte. É formação humana que se relaciona não apenas com a escolha do parceiro ou com a obediência às determinações de “parâmetros curriculares”. Relaciona-se com todas as esferas da vida. Relaciona-se com a organização da sociedade, às políticas da subjetividade, às relações de poder e até o sofrimento vivido por aqueles/as que ousam (ou não ousam, já que também sofrem) ir além dos artefatos materiais e simbólicos que identificam e enquadram seu gênero (Alevato, 2012, p. 84).

Diante desse excerto, compreendemos que a Educação Sexual deve fazer parte do currículo escolar, imbricando-se com os demais componentes curriculares, a fim de evitar sua fragmentação, já que também pode ajudar a diminuir o sofrimento dos/as sujeitos/as dissidentes das normas do sistema heteronormativo patriarcal, instigando-os/as na compreensão de como se estruturam as relações sociais de poder. Convergingo com esse discurso, Nunes e Silva

(2006) afirmam que essa prática social representa “[...] o conjunto de processos simbólico-significativos e comportamentais, psicossubjetivos e socioinstitucionais de representação e vivências das identidades e potencialidades sexuais” (Nunes; Silva, 2006, p. 122). Daí a importância de discuti-la nos processos didático-pedagógicos, como estratégia para a emancipação dos/as aprendizes.

Contudo, é importante enfatizar que o tipo de abordagem de Educação Sexual adotado nos espaços escolares exerce forte influência nos processos subjetivos, simbólicos e comportamentais das crianças. Por isso, faz-se necessário que os/as educadores/as se apropriem das teorias antes de desenvolverem quaisquer práticas educativas, de maneira a assegurar um ensino-aprendizagem inclusivo, libertário e não segregacionista.

Essa ressalva é válida, dado que Furlani (2016) identificou oito tipos de abordagens de Educação Sexual nas esferas escolares e sociais, as quais foram organizadas em dois grupos, a saber: um conservador/radical e outro crítico/progressista.

Quadro 1 – Tipos de abordagens de Educação Sexual

Conservadora/Radical	Crítico/Progressista
• Biológica-higienista • Terapêutica • Moral-tradicionista • Religiosa-radical	• Dos Direitos Humanos • Dos Direitos Sexuais • <i>Queer</i> • Emancipatória

Fonte: Furlani (2016).

No primeiro grupo, temos: a abordagem biológica-higienista cujo foco é o desenvolvimento sexual do ser humano, enfatizando-se as questões referentes à biologia essencialista. Nesse caso, os discursos envolvem a reprodução humana, a promoção da saúde, as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's)⁵, entre outros. Como é ancorada no determinismo biológico, destaca que as diferenças entre homens e mulheres resultam das particularidades de seus corpos (Furlani, 2016), (Silva; Oliveira; Miranda, 2019).

A abordagem terapêutica explora possíveis justificativas para as relações sexuais consideradas como “anormais”. Tem como foco as questões que envolvem a psiquê humana cuja intencionalidade é encontrar a “cura” para os desvios sexuais. Em vista disso, propaga que a homossexualidade, entre outras sexualidades “desviantes”, pode ser fruto de “possessão

⁵ A mudança da nomenclatura “Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's)” para “Infecções Sexualmente Transmissíveis” deu-se a partir do Decreto de Nº 8.901/2016, publicado pelo Ministério da Saúde, no Diário Oficial da União, em 11 de novembro de 2016. Essa modificação justifica-se pelo fato de que a denominação “Doença” corrobora sintomas e sinais visíveis no organismo das pessoas. Em contrapartida, “Infecções” podem ter períodos assintomáticos ou se manter assintomáticas por toda a vida dos/as sujeitos/as.

demoníaca”; logo, poderá ser “curada” por meio de terapias de reversão sexual. Também assevera que a ausência do pai, ao longo do processo de desenvolvimento do menino, é um dos fatores capazes de propiciar a construção da orientação homossexual. Esse tipo de abordagem é utilizado por igrejas conservadoras que almejam “curar” seus/suas discípulos/as dos males sexuais (Furlani, 2016), (Silva; Oliveira; Miranda, 2019). Entretanto, vale destacar que há abordagens psicológicas/terapêuticas que direcionam sua atenção, não para a cura desses “desvios”, mas para ajudar a diminuir o sofrimento emocional provocado por esse tipo de perspectiva essencialista, considerando que Roudinesco (1999, p. 10-11) afirma que “Não mais sentir vergonha de si mesmo é a realização da liberdade (...). Isso é o que uma psicanálise bem conduzida ensina aos que lhe pedem socorro”.

A abordagem moral-tradicionalista é relacionada aos paradigmas morais tradicionais. Prega a abstinência sexual, indicando-a como dispositivo eficaz para evitar IST's e gravidez indesejada. Afirma ainda que o HIV/AIDS é um castigo da “natureza” em consequência dos tipos de comportamentos sexuais das pessoas. Defende os papéis sexuais tradicionais, bem como encoraja as relações monogâmicas, a castidade, o matrimônio, entre outros. Além disso, repudia toda a prática sexual que não tenha finalidade reprodutiva (Furlani, 2016), (Silva; Oliveira; Miranda, 2019).

A abordagem religiosa-radical fundamenta-se no discurso bíblico para legitimar os aspectos de uma sexualidade propagada como “normal”. É amplamente defendida entre grupos de religiosos/as conservadores/as. Considera o feminismo uma perigosa ameaça para o modelo biparental de família, impulsionando sexismo e homofobia. Essa abordagem reverencia uma educação que distancie os/as jovens das “tentações da carne, drogas, bebidas e sexo fora do casamento” (Lírio, 2004, p. 19). Também apoia a privação sexual, contrapondo-se ao uso de preservativo, às práticas de sexo anal e oral, pois afirma que essas ações não são aprovadas por Deus (Furlani, 2016), (Silva; Oliveira; Miranda, 2019).

Essas abordagens reforçam o sexismo⁶, a misoginia⁷ e a LGBTfobia⁸, bem como contribuem para a perpetuação das desigualdades entre homens e mulheres. Em contrapartida, no segundo grupo, temos as abordagens de Educação Sexual que favorecem a equidade de

⁶ Segundo Carvalho et al (2016, p. 10), refere-se à discriminação ou tratamento desrespeitoso alusivo a um determinado sexo; “[...] inferiorização das mulheres e consequente detenção de poderes e privilégios pelos homens”.

⁷ “[...] é a aversão e depreciação a tudo que é ligado à feminilidade e às mulheres, implicando violência simbólica contra as mulheres e suas produções culturais” (Carvalho et al, 2016, p. 10).

⁸ De acordo com Junqueira (2009), implica discriminação, ofensas, agressões físicas e tratamentos indignos contra as pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transexuais.

gêneros, o respeito à diversidade sexual, a emancipação e o empoderamento das pessoas, a saber:

A abordagem dos Direitos Humanos que estimula o desenvolvimento de uma prática didático-pedagógica capaz de estabelecer diálogos profícuos com as diferentes políticas públicas, com vistas à diminuição das injustiças e desigualdades sociais. Preza por uma educação inclusiva que acarrete a visibilidade dos grupos vulneráveis e excluídos socialmente, para que seja possível construir uma sociedade mais digna e com menos desigualdades (Furlani, 2016), (Silva; Oliveira; Miranda, 2019).

A abordagem *queer* atravessou a rigidez dos discursos que legitimavam uma única identidade homossexual. Tem como fundamento epistemológico a política das diferenças pós-identitária. Originou-se das culturas intelectuais de homossexuais, de modo que critica as tradicionais definições das identidades sexuais e de gêneros. Convém destacar que, no começo, o termo “*queer*” era utilizado em sentido depreciativo cuja intencionalidade era ridicularizar e/ou discriminar todos/as aqueles/as que fossem dissidentes do padrão afetivo-sexual heteronormativo. Essa abordagem se contrapõe às normas de classificações rígidas. Encoraja diferentes maneiras de refletir sobre as culturas, os saberes, as relações de poder e a educação. Explora a construção e (des)valorização social das múltiplas identidades (Furlani, 2016), (Silva; Oliveira; Miranda, 2019).

A abordagem dos Direitos Sexuais originou-se da “Declaração dos Direitos Sexuais”. Tem como princípios basilares a luta pela garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, o respeito aos grupos minoritários e à diversidade sexual. Reitera que o pleno desenvolvimento da sexualidade é condição indispensável para o bem-estar físico, emocional e social das pessoas. Destaca que os direitos sexuais fazem parte dos direitos humanos universais e que a boa saúde sexual está relacionada a um contexto que reconhece, respeita e estimula o exercício contínuo desses direitos. Preza pelo empoderamento feminino e pela criação de ações sociais de enfrentamento e combate à exclusão social, à LGBTfobia e à discriminação sexual. Entende que a Educação Sexual é um aparato social que deve fazer parte de todo o processo de escolarização dos/as sujeitos/as (Furlani, 2016), (Silva; Oliveira; Miranda, 2019).

A abordagem emancipatória é ancorada nos postulados freirianos. Incentiva uma prática didático-pedagógica que seja dialógica e libertária. Desaprova a educação bancária e apoia a promoção de uma Educação Sexual emancipatória. Para tanto, utiliza-se da “Declaração dos Direitos Sexuais” como dispositivo pertinente de uma prática educativa emancipatória (Furlani, 2016), (Silva; Oliveira; Miranda, 2019).

Considerando todas essas abordagens elencadas por Furlani (2016), podemos inferir que, de alguma maneira, a Educação Sexual está aglutinada nas práticas didático-pedagógicas desenvolvidas nas instituições educacionais, de modo que na maioria dos casos proíbe-se que essa temática seja discutida a partir de uma visão não binarista, impondo-se constantemente o modo como meninos e meninas devem se comportar e viver suas vidas, adotando, nesse contexto, as genitálias como referências. Daí a necessidade de discuti-la cotidianamente no contexto escolar, de maneira a ressignificar ações excludentes que contribuem para a invisibilidade de diferentes corpos, expressões de gêneros e sexualidades.

2.1.2 A Educação Sexual tem lugar na Educação Infantil?

A criança é um ser provido de sexualidade, já que as sexualidades humanas extrapolam a mera atividade genital. Assim sendo, desde o nascimento que ela busca a satisfação e o prazer de diferentes formas, por meio do que Freud (2019) definiu como pulsões, que ultrapassam as atividades de manipulação dos genitais. Nessa ótica, são nas relações estabelecidas com o mundo social e conhecimento do próprio corpo que a criança vai formando sua sexualidade. Consoante a essas questões, assevera-se que

[...] Na realidade o recém-nascido já vem ao mundo com sua sexualidade, sendo seu desenvolvimento na lactância e na primeira infância acompanhado de sensações sexuais; só muito poucas crianças alcançam a puberdade sem ter tido sensações e atividades sexuais [...] (Freud, 2019, p. 139).

Diante dessa assertiva freudiana, compreendemos que as sexualidades são inerentes aos seres humanos desde a infância, de modo que no decurso de seu desenvolvimento a criança vivencia diferentes sensações e sente prazer como, por exemplo, ao sugar o seio da lactante durante a amamentação. De certo modo, essas vivências influenciarão, posteriormente, na formação de sua identidade sexual. Convergente a essas questões, Nunes e Silva (2006) recorrem a Freud para enfatizar

A importância de se adotar uma atitude deliberada, politicamente coerente, diante da sexualidade infantil no sentido de formar adultos conscientes de si, para chegarem à consciência do mundo. Para Freud a autoconsciência parte da consciência de seu próprio corpo e de sua própria sexualidade (Nunes; Silva, 2006, p. 50).

Essa afirmativa corrobora a premissa de que é importante discutir questões relacionadas aos corpos, gêneros e sexualidades desde a Educação Infantil, a fim de romper com os tabus associados a esses temas, de modo que a criança aprenda a compreender o próprio corpo e perceba as diferentes possibilidades de ser e viver no mundo; já que “[...] frequentemente vemos atribuída à sexualidade, uma significação de zona proibida para crianças” (Nunes; Silva, 2006, p. 51). Ou seja, para que este cenário seja ressignificado, ainda que paulatinamente, é preciso que os/as educadores/as se apropriem de conhecimentos teóricos sobre essas temáticas nas formações continuadas, para que possam abordá-las em salas de referências das instituições educacionais com responsabilidade e sem medo de repressões alheias.

É preciso garantir às crianças o direito de se desenvolverem plenamente. Para tanto, é necessário incluir a Educação Sexual nos currículos da Educação Infantil, uma vez que esse desenvolvimento também engloba questões sobre sexualidades, corpos, gêneros, bem como o respeito a si mesmo e às/aos outros/as. Ainda sobre esses aspectos, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em seu volume de Orientação Sexual, destaca que

Se é adequado ao espaço da escola o esclarecimento de dúvidas e curiosidades sobre este tema [sexualidade], é importante que contribua para que a criança aprenda a distinguir as expressões que fazem parte da sua intimidade e privacidade daquelas que são pertinentes ao convívio social (Brasil, 1998, p. 300).

Apesar dos PCNs não estarem mais em uso como documentos oficiais norteadores das práticas pedagógicas, depreendemos que as instituições educacionais não devem se isentar de abordarem temáticas que são pertinentes ao conhecimento do próprio corpo, das identidades de gêneros e diferentes manifestações das sexualidades, dado que as crianças, inevitavelmente, farão questionamentos sobre si mesmas e sobre os/as outros/as. Essas indagações precisam ser consideradas e discutidas, de forma que possam contribuir para aprendizagens significativas e emancipatórias. Contudo, a finalidade não é “despejar” nelas inúmeras informações, mas ser franco/a diante de suas curiosidades, bem como adotar uma linguagem que seja adequada para elas. Tendo em vista que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) destaca que é indispensável que haja intencionalidade significativa nas práticas educativas, lembrando-nos que

Essa intencionalidade consiste na organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se,

vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas (Brasil, 2018, p. 39).

Ora, se é necessário organizar e propor vivências que auxiliem as crianças a conhecerem a si mesmas e as outras pessoas, bem como adotarem práticas de cuidados pessoais, é necessário discutir com elas temáticas alusivas aos corpos, gêneros e sexualidades, para que possam se desenvolver plenamente, percebendo as diferenças e respeitando-as, a fim de assegurar relações equitativas e uma sociedade justa para todos/as.

Segundo Nunes e Silva (2006, p. 52) “[...] é necessário ter respeito à sexualidade infantil, o que significa respeitar a criança como um ser completo em capacidade de amar”. Assim sendo, a Educação Sexual desempenha um importante papel nesse processo de construção do “eu”, percepção do/a “outro/a” e do “nós”. Cabe, então, aos/as educadores/as adotarem, em suas práticas educativas, estratégias didático-pedagógicas que contribuam para a aquisição de saberes plurais, significativos e libertadores, bem como favoreçam a ressignificação dos paradigmas sociais excludentes. Importa enfatizar, nesse caso, que segundo estudos

[...] a escola fala de “sexo” e não de sexualidade, pois a “educação sexual” na escola ainda se pauta pelos critérios da biologia descritiva do século XIX, sem articular e resgatar a concepção histórica e cultural, sem estabelecer uma teia com a realidade, sem refletir ética e esteticamente sobre os valores, as transformações do mundo do trabalho e as descobertas científicas, oferecendo, assim, poucas possibilidades para que seus educandos possam mudar, conscientemente e concretamente, a conjuntura atual (Bonfim, 2012, p. 22).

Essa asserção traz à luz uma problemática que ainda está presente nas instituições educativas, a discussão sobre sexualidade a partir de um único viés discursivo, podendo corroborar equívocos e condicionamentos das crianças, tornando-as futuros/as adultos/as, possivelmente, incapazes de compreenderem as diferentes dimensões das sexualidades, dos gêneros, da produção dos corpos e de se indignarem diante das injustiças sociais. De acordo com Bonfim (2012, p. 22) “[...] o caminho para mudarmos esse cenário de crise social sexual só possa se dar pelo viés de um processo que César Nunes denomina de ‘emancipação’”. Ou seja, é necessário ultrapassar perspectivas condicionantes pelas quais fomos educados/as, a fim de superar preconceitos e valores deturpados que reforçam desigualdades nas relações sociais.

A partir dessa ótica, compreendemos que as crianças precisam viver experiências educativas que favoreçam a formação de adultos/as conscientes da diversidade sexual e de sujeitos/as, de modo a assumirem uma postura de combate às injustiças e desigualdades sociais, como também prezar pela equidade de gêneros nas relações culturalmente construídas. A ideia

é contribuir para a (re)construção de um mundo digno para se viver. E o primeiro passo para iniciar essa mudança começa pela discussão de temáticas associadas a Educação Sexual já na primeira infância.

Em vista disso, concordamos com Bonfim (2012, p. 33) quando afirma que “a educação sexual que queremos não se resume a um amontoado de informações sobre biologia ou prescrições médicas e higienistas [...]”. Pelo contrário, desejamos que a Educação Sexual discutida nas salas de referências das instituições educacionais seja ancorada em uma abordagem emancipatória, que contemple o debate e a reflexão crítica de diferentes temáticas. Entretanto, sem perpetuar desigualdades e preconceitos na sociedade, para que as relações sejam construídas considerando a equidade de direitos, deveres e espaços; a fim de que as pessoas possam ser aquilo que desejam ser com respeito a si mesmas e às/aos outros/as, rompendo com a imposição de rótulos que possam segregá-las socialmente.

Nesse sentido, Furlani (2016) defende que

A escola precisa incluir na sua agenda pedagógica a multiplicidade cultural, os saberes populares advindos de movimentos sociais e os saberes advindos das experiências subjetivas dos sujeitos. A educação sexual deve considerar a diferença como produtiva para vida social (Furlani, 2016, p. 52).

Perante essa afirmativa, entendemos que para, de fato, promover a inclusão e respeito à diversidade sexual e de sujeitos/as, é preciso que as instituições educacionais incluam em seus currículos as identidades diferentes e subordinadas, conferindo-lhes visibilidade social e espaço para suas vozes, em um contínuo movimento de reflexão crítica e ação para a transformação da realidade social. No próximo tópico, abordaremos questões sobre noções de sexualidades, gêneros e corporeidade.

2.2 Noções de sexualidades, gêneros e corporeidade

A sexualidade humana não se restringe às práticas sexuais; pelo contrário, é expressada também na maneira como nos vestimos, nos tipos de comportamentos adotados, nos discursos proferidos, nos afetos compartilhados e nas performances de gêneros, essas entendidas como discursos de poder e plenos de constrangimentos que regulam os corpos dos/as os/as sujeitos/as, generificando-os/as e sustentando sua performatividade; não sendo, portanto, uma “auto apresentação teatral” (Butler, 2018). Ou seja, quando um/a professor/a fala, por exemplo, durante uma atividade que meninos devem vestir azul e meninas rosa, envolve questões

referentes às sexualidades e reforça estereótipos de gêneros e corpos, além de evidenciar o tipo de Educação Sexual que rege sua prática educativa.

Nesse contexto, generificam-se rigidamente os corpos das crianças, impondo-lhes condutas comportamentais que devem ser rigorosamente adotadas por meninas e meninos. Então, cristaliza-se um único modelo de masculinidade e de feminilidade, associado ao aparato biológico, que limita as performances de gêneros a um espectro considerado como fixo, adequado e “natural”. Tais questões divergem das noções de gêneros pós-estruturalistas, cujos fundamentos indicam que

[...] o gênero é culturalmente construído: consequentemente, não é o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. (...) Quando o *status* construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que *homem* e *masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher* e *feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino (Butler, 2018, p. 26, grifos da autora).

Essa assertiva reitera a perspectiva da flutuação dos gêneros, de maneira que produzimos nossas identidades no decorrer do nosso desenvolvimento, possibilitando-nos notar as diferentes configurações nas vivências gendradas, considerando que “[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento” (Hall, 2006, p. 38). Por isso, a necessidade dos/as educadores/as proporem atividades, desde a Educação Infantil, que propiciem a não binarização rígida dos corpos. Importa enfatizar, nesse caso, que a intencionalidade não é deslegitimar a inscrição de gênero, mas favorecer as crianças a percepção da pluralidade de identidades, corpos e sexualidades e a compreensão de que são construídas culturalmente, bem como as diferentes possibilidades de performar os gêneros, para que respeitem as múltiplas masculinidades e feminilidades, a fim de expressar aquela que lhes despertam sentimentos de plenitude e felicidade pessoal.

Como afirma Louro (2018, p. 12), “[...] a inscrição dos gêneros – masculino e feminino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura”. Ou seja, as relações sociais modelam a construção das identidades sexuais e de gêneros, que são imbricadas pelos discursos e redes de poder, indicando-nos quais comportamentos são “adequados” para meninas e meninos em determinada cultura. Com isso, depreendemos que as performances de feminilidade e/ou masculinidade podem diferir entre as sociedades.

Compreendemos, então, que os discursos estruturam aquilo que os/as estudiosos/as como Louro (2008), entre outros/as, denominam de pedagogias de gêneros cujos desdobramentos interferem diretamente na construção das identidades dos/as sujeitos/as, das masculinidades e feminilidades, bem como nos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, podendo perpetuar as desigualdades de gêneros. Reiterando essa premissa, enfatizamos que “gênero e sexualidade são construídos através de inúmeras aprendizagens e práticas, empreendidas por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais, de modo explícito ou dissimulado, num processo sempre inacabado” (Louro, 2008, p. 17).

Esse processo inacabado implica que, tanto os gêneros quanto as sexualidades, são constructos sociais não fixos que podem corroborar diferentes (re)significações no decurso da construção identitária das pessoas. Nessa perspectiva, entendemos que há uma ação arbitrária na inscrição dos gêneros nos corpos quando, por exemplo, durante o exame de ultrassonografia o/a ginecologista anuncia a gestante que o feto é uma menina, uma vez que durante seu desenvolvimento a criança poderá expressar uma identidade de gênero que difere daquela que lhe foi imposta. Consequentemente tenderá a sofrer repressões sociais, fazendo-a desencadear sofrimento e repúdio a sua identidade em construção.

Contudo, ainda que a criança *queer* tenda a ser menosprezada e ignorada, ela existe e está presente nas instituições educacionais desestabilizando a norma e divergindo dos movimentos dos/as “[...] defensores da infância e da família [que] invocam a figura política de uma criança que eles constroem de antemão como heterossexual e de gênero normatizado. Uma criança privada de toda energia de resistência e da potência de usar livre e coletivamente o seu corpo [...]” (Preciado, 2020, p. 68-69). Daí a importância de abordarmos essas questões, ainda que de forma simplificada, já com bebês, para que se desenvolvam tomando consciência das diferentes possibilidades de expressão e performance de gêneros e sexualidades.

Convém salientar que os corpos costumam ser educados a partir de práticas socioculturais binárias que determinam padrões de masculinidades e feminilidades. Nesse sentido, é relevante destacar que, desde muito cedo, as meninas são estimuladas a assumirem uma postura passiva, dependente e sensível. Destarte, os corpos são construídos desde a infância, a partir de regras culturais que normatizam o tipo de corporeidade “adequado” socialmente. Ratificando essa premissa, depreende-se que

[...] o corpo é histórico. [...] mais do que um dado natural cuja materialidade nos presentifica no mundo, o corpo é uma construção sobre a qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos, etc. Não é, portanto, algo dado *a priori*

nem mesmo universal: o corpo é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura bem como suas leis, seus códigos morais, as representações que cria sobre os corpos, os discursos que sobre ele produz e reproduz (Goellner, 2018, p. 30).

Ora, se os corpos não são apenas aparatos naturais e tampouco são universais, é incoerente padronizar um único modelo corporal e promover sua reprodução nos diferentes contextos sociais, dado que pode gerar discriminação e exclusão dos demais biotipos de corporeidade. Considerando que é possível constatar em determinados países como o Brasil, por exemplo, um culto quase obsessivo ao corpo perfeito que, nesse caso, seria um corpo magro e com músculos definidos.

Nesse contexto, os corpos infantis são escolarizados e disciplinados para adotarem posturas consideradas adequadas dentro de uma determinada cultura. Com isso, durante a permanência nas instituições educacionais, as crianças são orientadas a permanecerem quase que o tempo todo sentadas com movimentos corporais limitados; além disso, orientam-se que as meninas devem sentar sempre de pernas fechadas, restringirem a realização de diferentes movimentos corporais durante as brincadeiras, bem como utilizarem vestimentas que enfatizem uma feminilidade tida como “normal”, por exemplo. Nesse cerne, aponta-se que

A escola, historicamente, foi descrita como uma instituição disciplinar, assentada no controle e na vigilância de comportamentos e pensamentos como formas eficazes de exercício do poder, buscando a (con)formação de corpos dóceis desde a mais tenra idade (Santos; Lira, 2020, p. 907).

Essa assertiva das estudiosas evidencia-nos que existe uma vigilância e um controle da corporeidade infantil nos espaços escolares, a fim de tornar os corpos das crianças dóceis e obedientes às normas impostas socialmente, por vezes limitando suas potencialidades. Nesse caso, o corpo também se torna alvo do exercício de poder e é passível de dominação. Para Foucault (1999, p. 243) há uma sociedade disciplinar que é “[...] dotada de aparatos cuja forma é a sequestração, cuja finalidade é a constituição de uma força de trabalho e cujo instrumento é a aquisição de disciplina ou hábitos”.

Segundo uma notícia publicada em julho de 2016, no *site* do Jornal *EL País Semanal*, “[...] a obsessão com a imagem corporal se transformou num dos traços característicos das sociedades desenvolvidas, onde um físico esbelto e musculoso é associado ao sucesso e à atração sexual” (Rivera, 2016, [s/p]). É nesse contexto que, desde muito pequenas, as crianças, possivelmente, vão sendo educadas para enaltecerem um único biotipo corporal que exclui as

diferentes construções da corporeidade e invisibiliza aqueles corpos que destoam do padrão imposto socialmente. Por isso, é importante adotar estratégias didático-pedagógicas, desde a Educação Infantil, que promovam a valorização e respeito às diferentes construções corporais, para que as crianças se desenvolvam integralmente sem sofrer repressões e/ou discriminações.

Dentro dessa perspectiva, a BNCC organizou o processo de aprendizagens dos bebês e crianças em cinco campos de experiências, a fim de promover o seu desenvolvimento pleno e saudável. Entre esses campos, encontra-se o “Corpo, gestos e movimentos”, enfatizando-se que

Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade (Brasil, 2018, p. 40-41).

Essa assertiva corrobora os pressupostos de que os corpos são aparatos que dialogam com os diferentes espaços, tempos e sujeitos/as e que, portanto, também são mutáveis e transformados a partir dessas relações. Convergente a essa questão, Louro (2018, p. 16) reitera que “os corpos são significados pela cultura e são, continuamente, por ela alterados”. Daí a importância de garantir vivências ao público infantil, nos espaços educativos, que estimulem a produção, valorização e respeito à pluralidade de biotipos corporais, para que consiga viver bem em sociedade e construir uma identidade que dialogue satisfatoriamente com sua corporeidade; uma vez que “[...] a escola pratica a pedagogia da sexualidade, o disciplinamento dos corpos” (Louro, 2018, p. 20).

A ideia é evitar práticas educativas que reforcem estereótipos, geram discriminações e/ou coajam as crianças a produzirem seus corpos a partir de um modelo padronizado, uma vez que a sociedade contemporânea de base patriarcal impõe um biotipo corporal específico a ser reproduzido por meninas e meninos, bem como controla condutas que eles e elas precisam adotar em suas relações sociais.

Notamos, inclusive, que os brinquedos, brincadeiras e jogos infantis destinados a elas tendem a reforçar a reprodução de um corpo frágil e com curvas definidas, bem como o papel de mãe, cuidadora e responsável pelos afazeres domésticos. Enquanto que os meninos são encorajados a reproduzirem uma corporeidade resistente, com músculos volumosos, assim como precisam ser viris, valentes, de modo a assumirem uma postura ativa e independente. Geralmente, seus brinquedos, brincadeiras e jogos fortalecem a premissa de que pertencem ao grupo que detém poder e força corporal (Furlani, 2016), (Silva; oliveira; Miranda, 2019).

Consoante a essas questões, Louro (2008) argumenta que,

Fazer de alguém um homem requer, de igual modo, investimentos continuados. Nada há de puramente “natural” e “dado” em tudo isso: ser homem e ser mulher constituem-se em processos que acontecem no âmbito da cultura. [...] A construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente, infundavelmente (Louro, 2008, p. 18).

Essa afirmativa faz-nos validar o entendimento de que o ser masculino ou feminino é construído por meio de práticas sociais e culturais cujos corpos precisam ser alinhados a padrões estabelecidos. Contudo, nenhuma identidade e/ou expressões de gêneros são finitas e acabadas, tampouco o aparato corporal é um dado fixo, imutável e universal. Daí a importância de promovermos práticas didático-pedagógicas que contribuam para a emancipação das crianças, perpassem a rigidez de um modelo único de produção e binarização dos corpos, (re)signifiquem as relações entre meninos e meninas, potencializem a equidade de gêneros e o respeito à diversidade sexual. Considerando que, de acordo com Auad (2019, p. 19) “[...] as relações de gênero, do modo como estão organizadas em nossa sociedade, são uma máquina de produzir desigualdades”.

É possível perceber, ainda na atualidade, que o aparato biológico (pênis e vagina) é basilar para que a sociedade determine o tipo de comportamento que meninos e meninas devem adotar em suas relações sociais, bem como o biotipo de corpo que devem construir e o modelo de sexualidade que precisam expressar. Sobre essas questões, Auad (2019) chama-nos à atenção para o fato de que

As diferenças anatômicas entre homens e mulheres (ter um pênis ou ter uma vagina, por exemplo) não teriam nenhuma significação valorativa em si mesmo não fossem os arranjos de gênero vigentes na nossa sociedade. [...] E, então, ter pênis ou ter vagina, ser menina, homem, mulher ou menino determina quais serão as informações utilizadas para organizar os sujeitos em uma desigual (e irreal!) escala de valores (Auad, 2019, p. 20-21).

A partir dessa ótica, notamos que o modo como os arranjos de gêneros está estruturado em nossa sociedade atual tende a produzir desigualdades e reforçar estereótipos, de maneira que, por exemplo, mulheres trans têm sua mulheridade negada por biologicamente terem nascido com um pênis, o mesmo ocorre com os homens trans que podem não ser lidos socialmente como “homens de verdade”, uma vez que nasceram com vagina. Nesse caso, a mudança desses paradigmas implica a ressignificação da maneira como as relações de gêneros são culturalmente construídas. Do contrário, continuaremos reproduzindo para as crianças e

adultos/as aquelas ideias equivocadas que reforçam desigualdades, entre as quais, destaca-se a máxima de que “os homens sempre dominam e as mulheres são sempre dominadas” (Auad, 2019, p. 23).

A finalidade não é negar esses arranjos, mas questioná-los a fim de perceber que muitas das diferenças entre meninos e meninas não são naturais. Na realidade, são construções historicamente fundamentadas a partir de paradigmas de cada sociedade, que impõe, por exemplo, o modo como meninas devem sentar e meninos devem brincar, bem como o tipo de mulher que será considerada “boazinha” e o tipo de homem que será lido como viril. Com isso, entendemos que as diferenças são valiosas para as relações em uma sociedade democrática. Por outro lado, as desigualdades podem gerar crimes e perpetuar o silenciamento daquelas pessoas que pertencem aos grupos tidos como minoritários.

Nesse contexto, as instituições educacionais exercem um importante papel social, já que podem adotar currículos que contribuam para a resignificação desses arquétipos culturalmente construídos. Segundo Auad (2019, p. 30), “as representações sobre o masculino e o feminino, além do sexo dos sujeitos, são utilizados para organizar as práticas escolares. São, contudo, silenciados nos discursos”. Daí a necessidade de refletir sobre esses aspectos para que a organização do trabalho docente não continue gerando ainda mais desigualdades entre os/as sujeitos/as. Haja vista que existe um controle social sobre os corpos, os gêneros e as sexualidades, de modo a reprimir os/as sujeitos/as dissidentes das normas que lhes são impostas. Essa repressão é revestida de poder e acaba determinando, por exemplo, a heterossexualidade como única dimensão sexual “normal” e “natural”, assim como a cisgeneridade é tida como única condição possível as pessoas. Importa reiterar que

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder (Foucault, 2018, p. 115).

Essa afirmativa foucaultiana reforça a perspectiva de que as sexualidades humanas são dimensões construídas historicamente por discursos de poder cujos desdobramentos podem corroborar o controle dos corpos e identidades sexuais das pessoas que fogem à normatização imposta por aqueles/as que detém o poder na sociedade, podendo gerar violências. Segundo matéria publicada, em 8 de março de 2023, no *site* “Porvir - Inovações em Educação”, “[...] o Brasil ainda vive uma grande contradição que afeta a vida de meninas e mulheres – e também

de meninos e homens que não estão sob as normas de gênero” (Guimarães, 2023, [s/p]). Além disso, é considerado o país com a quinta maior taxa de feminicídio e que mais assassina mulheres trans no mundo. Segundo dados do relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB), no ano de 2019, 329 pessoas LGBT foram mortas no Brasil, sendo 90,3% vítimas de homicídios e 9,7% suicídios (GGB, 2019).

Esses dados são preocupantes e reforçam a urgência de lutarmos para mudar essa realidade. Nesse contexto, a educação é um dos importantes meios para ajudar na mudança de postura e formação de sujeitos/as críticos/as, capazes de se indignarem diante das injustiças sociais, assim como desenvolverem ações que contribuam para a transformação da realidade social em que vivem, bem como ressignificação dos dogmas que geram violências e perpetuam desigualdades. Por isso, a importância da discussão sobre Educação Sexual com as crianças desde a Educação Infantil, para que cresçam sabendo conviver com as diferenças e respeitando as diferentes formas das pessoas produzirem seus corpos, performarem gêneros e expressarem sexualidades.

É em vista dessas problemáticas que construímos uma proposta didático-pedagógica de Educação Sexual que possa ser desenvolvida por professores/as na Educação Infantil, com crianças de 4 a 5 anos, a fim de estimular, entre outros aspectos, a equidade de gêneros, a construção e a não binarização rígida dos corpos e o respeito às variadas sexualidades. No capítulo seguinte, apresentamos nossos procedimentos metodológicos.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia adotada neste trabalho é a pesquisa bibliográfica de base exploratória e caráter qualitativo, em que se enfatizam as subjetividades como caminho para compreender e analisar as experiências (Gil, 1987), cuja finalidade foi averiguar o que a literatura informa sobre as contribuições da Educação Sexual como processo que envolve a problematização e o entendimento da corporeidade, das sexualidades e identidades de gêneros, favorecendo o pleno desenvolvimento das crianças, bem como pode promover a equidade de gêneros desde a Educação Infantil.

Para tanto, demarcamos a nossa investigação, no Portal de Periódicos da CAPES, ao período compreendido entre os anos de 2019 e 2022, de maneira que pudéssemos localizar trabalhos que abordam nossa temática, bem como identificar as prováveis convergências e/ou divergências a partir dos conceitos utilizados pelos/as autores/as em seus argumentos. Importa destacar que delimitamos este período para a pesquisa dos artigos considerando que foi uma fase em que o governo federal adotou uma política de repressão às questões alusivas às sexualidades, aos gêneros e um ataque a educação e seus/suas profissionais. Sobre essa metodologia, depreende-se que

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos e etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, 2017, p. 122).

Nesse sentido, optamos por essa metodologia por entendermos que ela contemplaria satisfatoriamente a significativa discussão de nosso objeto de estudo, considerando também que Gil (1987, p. 71) assevera que “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

Isso posto, em um primeiro momento, para a coleta dos dados, realizamos do dia 08 a 30 de março de 2023 uma pesquisa *online* no *site* do Portal de Periódicos da CAPES, utilizando como palavras-chave Educação Sexual na Educação Infantil, a fim de encontrarmos artigos que tratassem de aspectos referentes a nossa temática.

Em vista disso, para tratar os dados, elegemos a análise de conteúdo fundamentada nas diretrizes de Bardin (2016) e Franco (2005), já que defendem que esse instrumento metodológico viabiliza-nos desempenhar a função de observador/a e expor aquilo que está implícito nas entrelinhas das variadas linguagens. Validando essa perspectiva, afirma-se que a análise de conteúdo

[...] envolve a interação entre interlocutor e locutor, o contexto social de sua produção, a influência manipuladora, ideológica e idealizada presentes em muitas mensagens, os impactos que provocam, os efeitos que orientam diferentes comportamentos e ações e as condições históricas, sociais, mutáveis que influenciam crenças, conceitos e representações sociais elaboradas e transmitidas via mensagens, discursos e enunciados (Franco, 2005, p. 10-11).

A partir dessa assertiva, com a finalidade de sistematizar nossa pesquisa, definimos como unidade de contexto a Educação Sexual e como unidades de registro a Educação Infantil e as crianças. Destarte, *a priori*, a fim de realizar uma significativa análise dos dados, estabelecemos as seguintes categorias: gêneros, corpos e sexualidades. Nesse ínterim, temos o seguinte quadro

Quadro 2 – Sistematização das categorias

Iniciais	Conceitos norteadores	Final
I. Gêneros	Constitui construções históricas que normatizam o modo como as relações se organizam. Aparato biológico histórico e mutável.	I. Educação Sexual e a discussão dos conceitos de corpos, gêneros e sexualidades com as crianças.
II. Sexualidades		
III. Corpos		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ademais, adotamos como critérios de seleção dos trabalhos a recorrência dos vocábulos gêneros, corpos, sexualidades, crianças e Educação Infantil nos textos, bem como a relevância e a atualidade das problemáticas discutidas pelos/as autores/as. Por conseguinte, desejávamos encontrar artigos que discutissem sobre a importância da Educação Sexual na Educação Infantil, apontando-a como aparato educacional indispensável para estimular a discussão sobre gêneros, corpos e sexualidades, assim como contribuir para o desenvolvimento integral e saudável das crianças a partir da transgressão das fronteiras que reforçam padrões gendrados, preconceitos, discriminações e exclusão.

Importa destacar, nesse caso, que na pré-análise, a partir da leitura flutuante, momento em que tivemos o primeiro contato com os artigos coletados, fizemos a leitura apenas dos resumos e, posteriormente, lemos todos os textos selecionados na íntegra, fazendo a relação

entre os argumentos dos/as teóricos/as que discutem sobre o nosso tema, para redigir nosso trabalho enfatizando aspectos relevantes sobre os dados coletados. Logo, debruçamo-nos sobre as produções com o compromisso de analisar cuidadosamente as discussões apresentadas em cada um dos trabalhos.

É importante enfatizar que, impulsionados por experiências pessoais na docência da Educação Infantil, resolvemos extrapolar a pesquisa bibliográfica e construir uma proposta didático-pedagógica, de maneira que este estudo contribua para a resignificação de práticas educativas que reforçam estereótipos de gêneros, corpos e sexualidades. Posto isso, no próximo capítulo traremos as análises e resultados de nossa pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Discutir Educação Sexual no contexto da Educação Infantil, implica compreender como as questões sobre gêneros, corpos e sexualidades atravessam os saberes/fazer pedagógicos (re)produzidos nas instituições educacionais e nos demais contextos sociais. Afinal, como afirmam os/as especialistas como Louro (2014), Auad (2019), entre outros/as, que estudam essas temáticas, a maneira como internalizamos esses discursos historicamente construídos, influenciam diretamente nas nossas práticas e modos de performar gêneros e materializar as sexualidades nos corpos.

Em vista disso, neste capítulo faremos apontamentos envolvendo aquilo que as produções acadêmicas mapeadas abordam sobre as questões referentes à Educação Sexual na Educação Infantil, bem como aspectos alusivos aos gêneros, corpos e sexualidades, a fim de sistematizar as ideias e contrapor-las com os fundamentos teóricos que estruturam nossa pesquisa, uma vez que é primordial analisar os dados com cuidado, de modo a pontuar os aspectos relevantes para a reflexão crítica dos/as leitores/as.

Outrossim, durante a pesquisa no Portal de Periódicos da CAPES, encontramos apenas 8 produções científicas que, de alguma maneira, tratam de questões que dialogam diretamente com nosso objeto de estudo. Essa quantidade reduzida de trabalhos provavelmente justifica-se pelo recorte temporal delimitado para a coleta de dados, haja vista ser um período (2019 a 2022) caracterizado pelas recorrentes ações do governo federal cuja finalidade era reprimir as políticas referentes às questões de gêneros, corporeidade e sexualidades.

Um aspecto interessante é que, dos 8 artigos analisados, 5 foram escritos por mulheres, 2 produzidos por homens e 1 escrito por mulher e homem. Esse fato possivelmente se explica pelo avanço dos movimentos feministas que têm proporcionado uma gama de discussões protagonizadas por mulheres que almejam transgredir as normas do sistema hegemônico, patriarcal, cisgênero e heteronormativo. Louro (2014) assevera que

É, nesse contexto de efervescência social e política, de contestação e de transformação, que o movimento feminista contemporâneo ressurgiu, expressando-se não apenas através de grupos de conscientização, marchas e protestos políticos, mas também através de livros, jornais e revistas (Louro, 2014, p. 20).

Nessa ótica, podemos presumir que o aumento das discussões feministas tem impulsionado também a participação, ainda que paulatinamente, dos homens nesse movimento

contra hegemônico que visa ressignificar as construções socialmente hierarquizadas sobre o que seria o gênero e a sexualidade “natural” e “normal”.

A partir disso, com a finalidade de entendermos melhor os aspectos centrais dos textos acadêmicos que foram coletados, elaboramos um quadro com as sínteses das discussões, a saber:

Quadro 3 – Síntese das colaborações das publicações selecionadas para pesquisa

Títulos das publicações	Autores/as	Sínteses
Sexualidade infantil: a relação entre Educação Sexual e a identidade de gênero	OLIVEIRA, Maria Fernanda Celli de; MUZZETI, Luci Regina.	Apresenta um estudo sobre a relação entre a Educação Sexual e a construção da identidade de gênero da criança na Educação Infantil.
Sexualidade e Educação Sexual: uma perspectiva interdisciplinar na educação infantil	OLIVEIRA, Maria Fernanda Celli de; MUZZETI, Luci Regina; MICHELETI, Laís Inês Sanseverinato.	Traz apontamentos sobre possibilidades de interdisciplinaridade nas instituições de Educação Infantil, no que se refere à sexualidade e à Educação Sexual.
Educação em sexualidades e relações de gênero no contexto do ensino infantil: Vivências possíveis	BORGES, Rita de Cassia Vieira; ROSSI, Célia Regina.	Faz um estudo investigativo envolvendo as concepções de professoras e funcionárias, de um Centro de Ensino Infantil, sobre sexo, sexualidade e educação em sexualidades e seus desdobramentos no trabalho pedagógico.
Infância, Educação Infantil e Educação Sexual: uma análise a partir dos estudos culturais em educação	SÁ-SILVA, Jackson Ronie; SILVA, Raimundo José Pereira da.	Apoiado nos Estudos Culturais, aborda uma análise teórica documental envolvendo concepções de infância, Educação Infantil, Educação Sexual e pedofilização social contidas em materiais bibliográficos.
Alguns motivos para ensinar gênero e sexualidade às crianças desde a Educação Infantil	FERRARI, Anderson; MEIRELES, Gabriela Silveira.	Apresenta uma discussão sobre a educação para as relações de gênero e sexualidades na Educação Infantil, considerando os sentidos de “aprender”, “educar” e ensinar”.
Saberes escolares, diversidade sexual e gênero na Educação Infantil	FRANCO, Neil.	Debate sobre as inquietações de professores/as que atuam na Educação Infantil no tocante as questões de diversidade sexual e de gêneros.
O tabu da Educação Sexual: gênese e perpetuação dos preconceitos na infância	GARBARINO, Mariana Inés.	Faz uma análise das representações sobre identidade de gênero que foram apontadas em trabalhos empíricos

		realizados nas décadas de 1960 e 1980, nos Estados Unidos e na França, que também podem ser observadas no Brasil.
Fronteiras de gênero e sexualidade na Educação Infantil: deslocamentos e produção de redes de vigilância	CARVALHO, Graciele Mendes de; SILVA, Zuleide Paiva da.	Versa sobre como são desenvolvidas as práticas pedagógicas envolvendo as questões de gêneros em uma instituição de Educação Infantil, do município de Olindina/BA.

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES (2023).

Diante da leitura atenta dos títulos e das respectivas sínteses, constatamos que as produções acadêmicas envolvem enfaticamente temáticas alusivas aos gêneros e sexualidades no contexto da Educação Infantil, evidenciando-nos a presença de algum tipo de abordagem de Educação Sexual (Furlani, 2016), seja de base conservadora-radical ou crítico-progressista, com as crianças dessa etapa da Educação Básica. Verificamos ainda que os/as autores/as desses textos trazem à luz a pertinência de serem discutidas essas questões desde a tenra idade, com o intuito de ultrapassarmos a fronteira hegemônica da normatização dos gêneros, corpos e sexualidades.

Esses dados convergem diretamente com as argumentações de Louro (2018), Nunes e Silva (2006), Foucault (2018), Auad (2019), uma vez que asseveram que as crianças são dotadas de sexualidades e que, portanto, é importante problematizar essas questões com elas desde a primeira infância, levando em consideração sua “vontade de saber” e descobrir o mundo em que vivem. A ideia é romper com as barreiras impostas socialmente cujos desdobramentos corroboram desigualdades nas relações de gêneros, estereótipos de biotipos de corporeidade e invisibilidade das variadas expressões das sexualidades. Sobre esses aspectos, no texto “*Sexualidade infantil: a relação entre Educação Sexual e a identidade de gênero*”, as autoras pontuam que

[...] as questões relacionadas ao gênero e sexualidade ainda encontram barreiras para serem discutidas dentro e fora do sistema de ensino. As consideráveis lacunas sobre estes temas, bem como os preceitos e as heranças culturais perpetuam as desigualdades calcadas na naturalização dos papéis femininos e masculinos (Oliveira; Muzzeti, 2020, p. 1826).

Nesse ínterim, é possível encontramos, nas instituições educacionais, professores/as que continuam reforçando em suas práticas educativas as estruturas binaristas das fronteiras de gêneros e sexualidades, dificultando que as crianças compreendam as múltiplas possibilidades de “ser” e “viver” em sociedade, de performar gêneros e materializar sexualidades nos corpos.

Nesse caso, perpetuam-se as desigualdades e os silenciamentos das diferenças. Contudo, essas barreiras não impedirão, por exemplo, que uma criança lida socialmente como menino subverta a fronteira dos gêneros ao brincar com uma boneca, já que esse é um dos objetos considerado culturalmente como brinquedo de meninas.

Auad (2019, p. 20, grifos da autora) chama-nos à atenção para o fato de que “[...] as desigualdades não são inatas e imutáveis. Uma vez construídas, elas podem ser *transformadas!*”. Cabe, então, aos/às educadores/as refletirem sobre os currículos adotados no contexto das instituições educativas, a fim de repensar práticas que não favoreçam a emancipação dos/as sujeitos/as e que continuam estabelecendo relações equivocadas entre os gêneros, os corpos biológicos e as sexualidades. Corroborando essas premissas, as autoras Oliveira e Muzzeti (2020, p. 1827), do texto cujo título foi citado anteriormente, reiteram que é importante “[...] uma Educação sexual adequada desde a mais tenra idade, destacando assim, a atuação imprescindível da Educação infantil na formação integral do indivíduo”.

Seguindo com as análises, destacaremos no quadro abaixo os objetivos gerais dos textos acadêmicos selecionados.

Quadro 4 – Objetivos gerais presentes nas produções

Títulos das publicações	Objetivo geral
Sexualidade infantil: a relação entre Educação Sexual e a identidade de gênero	Levantar algumas reflexões acerca do possível entrelaçamento entre a educação sexual e a estruturação da identidade de gênero no que se refere a crianças em fase de educação infantil, tendo como embasamento teórico os pressupostos de Pierre Bourdieu.
Sexualidade e Educação Sexual: uma perspectiva interdisciplinar na educação infantil	Trazer alguns apontamentos acerca da possibilidade de interdisciplinaridade no âmbito escolar, acerca da sexualidade e educação sexual na educação infantil.
Educação em sexualidades e relações de gênero no contexto do ensino infantil: Vivências possíveis	Investigar as concepções de professoras e funcionárias sobre sexo, sexualidade e educação em sexualidade e suas implicações no trabalho pedagógico ante as manifestações da sexualidade da(o)s aluna(o)s.
Infância, Educação Infantil e Educação Sexual: uma análise a partir dos estudos culturais em educação	Compreender e problematizar algumas questões com vistas a refletir sobre uma Educação Sexual infantil desconstrucionista, plural, respeitosa, cidadã e comprometida com a ética do eu e do outro.
Alguns motivos para ensinar gênero e sexualidade às crianças desde a Educação Infantil	Desenvolver reflexões sobre os sentidos e significados das ações de “ensinar”, “aprender” e “educar”, dentro de uma perspectiva de educação para as relações de gênero e sexualidade nas escolas.

Saberes escolares, diversidade sexual e gênero na Educação Infantil	Problematizar inquietações de educadoras/es da Educação Infantil a respeito da diversidade sexual e de gênero.
O tabu da Educação Sexual: gênese e perpetuação dos preconceitos na infância	Mapear se as representações sobre identidade de gênero que foram detectadas em estudos empíricos realizados nas décadas de 1960 e 1980, nos Estados Unidos e na França, são também observadas no contexto atual brasileiro.
Fronteiras de gênero e sexualidade na Educação Infantil: deslocamentos e produção de redes de vigilância	Compreender como as práticas pedagógicas referentes às questões de gênero são produzidas nos cotidianos da educação infantil, foi realizado um estudo com educadoras de uma instituição localizada no município de Olindina/Ba.

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES (2023).

A partir da observação do quadro supracitado, notamos uma pluralidade de verbos nas produções textuais dos/as pesquisadores/as que evidenciam a riqueza das pesquisas realizadas no campo dos estudos de gêneros, corpos, sexualidades e Educação Sexual na Educação Infantil. É possível constatar que apenas o verbo “Compreender” apareceu em 2 das 8 produções analisadas. Destarte, percebemos que a centralidade das discussões foi a Educação Sexual na Educação Infantil, desdobrando-se em aspectos referentes aos gêneros, corpos e sexualidades no fazer pedagógico das instituições de Educação Infantil.

Vale salientar que estes conceitos (gêneros, corpos e sexualidades) que fazem parte de nossas categorias de análise, estão presentes nas produções selecionadas convergindo com as ideias dos/as teóricos/as que fundamentam nosso estudo. Ou seja, apresentam discussões que asseveram ser esses dispositivos históricos construções produzidas culturalmente nas sociedades, bem como o modo como as crianças foram sendo vistas ao longo do tempo (Louro, 2018), (Aued, 2019), (Alevato, 2012), (Butler, 2018), (Foucault, 2018), entre outros/as.

Reiterando essa perspectiva, no texto *“Alguns motivos para ensinar gênero e sexualidade às crianças desde a Educação Infantil”*, os/as autores/as recorrem a Butler (2006) e a Foucault (1988) para destacar “[...] gênero como construção, algo que se “ensina” e se “aprende”, como um “ideal regulatório” que não somente cria a norma, mas que produz, regula e normaliza os corpos que governa” (Ferrari; Meireles, 2021, p. 339). É nessa ótica que precisamos refletir sobre as estratégias didático-pedagógicas que rotineiramente são (re)produzidas no contexto das instituições educacionais, a fim de subverter aquelas práticas que corroboram binarismos rígidos e reforçam uma única forma tida como “normal” e “natural” de ser menina ou menino, de expressar sexualidades e de produzir corpos.

Além disso, Ferrari e Meireles (2021) também buscam apoio nas reflexões de Louro (1997) para pontuarem que precisamos desconstruir quaisquer assertivas generalizadas

referentes ao que é ser mulher ou homem, menino ou menina. Do contrário, continuaremos limitando as múltiplas possibilidades de construção das identidades sexuais e de gêneros, bem como os diferentes modos de produção da corporeidade. Os/as autores/as do texto citado acima, instigados/as pelos/as teóricos/as dos campos das sexualidades e gêneros, provocam-nos a pensar, entre outros elementos, sobre

Que medos organizam nossas interdições de meninas brincarem de carrinho? De quem é o medo? [...] Medos que misturam gênero com sexualidade. Quando meninas se afastam do que é tido como próprio de meninas, elas parecem se afastar também de uma certa ordem normativa que fixa o corpo, o sexo, o gênero e a sexualidade: nasceu num corpo identificado como do sexo feminino, será uma menina e heterossexual (Ferrari; Meireles, 2021, p. 342).

Diante dessa assertiva, compreendemos que as crianças podem constantemente desestabilizar as fronteiras rígidas de gêneros e sexualidades que costumam ser reforçadas por práticas educativas hegemônicas cujos pressupostos organizativos reproduzem equívocos ao fundirem os corpos com os gêneros e as sexualidades. Sobre esses aspectos dos brinquedos e jogos destinados às crianças, pontua-se que, antes do século XIX,

Os brinquedos mais comuns, que serviam à primeira infância, eram predominantemente bonecos; meninos e meninas brincavam com bonecas, sem problemas de identificação rígida com os papéis sexuais ou algum tipo de preconceito. Miniaturas de casas, cavalo de pau, bola, peão e cata-vento eram os jogos mais populares (Nunes; Silva, 2006, p. 38).

Percebemos que, a generificação dos brinquedos, conforme indicam Nunes e Silva (2016), só passou a ser fortemente enraizada na sociedade a partir do final do século XVIII, quando a burguesia passou a defender a necessidade de “separar” nobres de plebeus, bem com a separação do mundo adulto do mundo infantil. Os brinquedos e jogos, nesse contexto, passaram a representar também relações de poder e protagonismo da classe dominante. Assim sendo, esses aspectos perduram até hoje em nossa sociedade. De modo que os brinquedos, jogos e brincadeiras destinados ao público infantil tendem a reforçar binarismos e estereótipos de gêneros, bem como podem impulsionar desigualdades nas relações entre meninos e meninas.

No próximo quadro apresentaremos o delineamento metodológico empregado nos trabalhos acadêmicos.

Quadro 5 – Delineamento metodológico

Abordagem	Nº de publicações
Qualitativa	08
Quantitativa	00
Qualitativa-quantitativa	00
Total	08

Fonte: Portal de Periódico da CAPES (2023).

De acordo com os dados do quadro acima, percebemos que todas as publicações selecionadas adotaram como delineamento metodológico a abordagem de caráter qualitativo. Esse aspecto deve-se possivelmente ao fato de que os estudos versam sobre como a Educação Sexual e as questões sobre gêneros, corpos e sexualidades estão atravessadas nas práticas de professores/as da Educação Infantil.

Importa reiterar que o centro da nossa pesquisa é a discussão da Educação Sexual na Educação Infantil, bem como os aspectos sobre gêneros, corpos e sexualidades presentes nas produções acadêmicas. Por isso, deduzimos ser pertinente delimitar o marco temporal da pesquisa entre os anos de 2019 a 2022, devido as conjecturas radicais-conservadoras do governo federal da época. Com isso, destacamos o quadro abaixo.

Quadro 6 – Ano de publicação dos trabalhos acadêmicos

Títulos das publicações	Ano de publicação
Sexualidade infantil: a relação entre Educação Sexual e a identidade de gênero	2020
Sexualidade e Educação Sexual: uma perspectiva interdisciplinar na educação infantil	2021
Educação em sexualidades e relações de gênero no contexto do ensino infantil: Vivências possíveis	2019
Infância, Educação Infantil e Educação Sexual: uma análise a partir dos estudos culturais em educação	2019
Alguns motivos para ensinar gênero e sexualidade às crianças desde a Educação Infantil	2021
Saberes escolares, diversidade sexual e gênero na Educação Infantil	2019
O tabu da Educação Sexual: gênese e perpetuação dos preconceitos na infância	2021
Fronteiras de gênero e sexualidade na Educação Infantil: deslocamentos e produção de redes de vigilância	2022

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES (2023).

A finalidade de apresentar o quadro acima é possibilitar a percepção de que, mesmo diante de um governo radical-conservador cujas ações reproduziam paradigmas excludentes, sexistas, machistas, misóginos, racistas, capacitistas e LGBTfóbicos, houve produções acadêmicas, ainda que em números reduzidos, que de certo modo corroboraram a desestabilização daqueles discursos que perpetuavam desigualdades, preconceitos e

discriminações. Como, por exemplo, a fala na época da Damares Alves, Ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, que ao assumir o cargo proferiu que “nova era começou: meninos vestem azul e meninas vestem rosa”⁹ (G1, 2019, [s/p]).

Esse discurso diverge dos argumentos postulados por Louro (2018), Auad (2019), Butler (2018), entre outros/as, bem como das discussões presentes nos trabalhos analisados, uma vez que faz-nos compreender que esses gendramentos são culturalmente construídos e não um dado “natural” e “normal”.

É válido destacar que na produção acadêmica “*Sexualidade e Educação Sexual: uma perspectiva interdisciplinar na educação infantil*”, as autoras indicam que, mesmo na atualidade (nesse caso, início do governo de Jair Messias Bolsonaro), “[...] tratar tais temáticas pode ser um símbolo de muitas dificuldades ligadas à repressão, machismo e incontáveis equívocos, tornando-se por vezes, uma violência simbólica” (Oliveira; Muzzeti; Micheleti, 2021, p. 94). É nesse cerne, que compreendemos a relevância dos trabalhos acadêmicos que foram produzidos em face de um sistema hegemônico, excludente e reprodutor das desigualdades.

Em vista disso, no texto dos/as autores/as Ferrari e Meireles (2021) enfatiza-se a premissa de que,

[...] se a educação das crianças não começar por desconstruir tais desigualdades, dificilmente teremos adultas e adultos capazes de ocupar os mais diferentes espaços sociais, seja no âmbito público ou privado, o que manteria uma rígida divisão hierárquica entre os dois grupos – feminino e masculino (Ferrari; Meireles, 2021, p. 345).

Nesse contexto, assegurar a discussão da Educação Sexual na Educação Infantil é um passo importante para começar a desestabilizar os territórios rigidamente construídos no tocante aos aspectos de gêneros, corpos e sexualidades. Daí a importância de garantir que tais questões sejam incluídas nas práticas e currículos desenvolvidos nas instituições educacionais.

Já no quadro a seguir, listaremos os periódicos e/ou eventos em que os trabalhos estão inseridos.

⁹ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damare-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>

Quadro 7 – Periódicos e/ou eventos nos quais estão publicados os artigos

Periódicos e/ou eventos
Revista <i>on line</i> de Política e Gestão Educacional
Revista Científica UBM
Contexto & Educação
Revista Diversidade e Educação
Revista Teias
EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação
Cadernos Pagu
Periódico Horizontes

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES (2023).

Ao observarmos o quadro 6, verificamos que existe uma variedade de periódicos em que as produções foram publicadas. Essa pluralidade de periódicos favorece a disseminação significativa das temáticas discutidas em cada um dos trabalhos publicados e evidenciam o compromisso desses suportes para com a qualidade das pesquisas científicas. Importa destacar que esses periódicos têm como foco as discussões no campo da educação interseccionadas aos temas de gêneros, sexualidades e questões étnico-raciais.

Isso é importante para atingir diferentes públicos, de diferentes lugares, em contextos variados, de modo a provocar reflexões e, possivelmente, contribuir para a mudança de paradigmas excludentes. Além disso, amplia o leque de opções para publicação de futuros trabalhos científicos e de pesquisas que, de fato, favoreçam a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, digna e justa para todos/as.

A seguir, apresentamos um outro quadro com os/as teóricos/as e obras que foram mais recorrentes nas produções analisadas.

Quadro 8 – Teóricos/as e obras mais recorrentes nas produções acadêmicas

Teóricos/as	Obras recorrentes nas produções
Pierre Bourdieu	A dominação masculina (1999) Escritos de Educação (2007)
Judith Butler	<i>Deshacer el género</i> (2006) Corpos que importam. Os limites discursivos do “sexo” (2019)
Guacira Lopes Louro	O currículo nos limiars do contemporâneo (1998) Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação (2003) O corpo educado: pedagogias da sexualidade (1999)
Michael Foucault	História da sexualidade I: a vontade de saber (1998)

Fonte: Portal de Periódicos da CAPES (2023).

Entre as obras destacadas, percebemos que a autora Louro foi a que mais teve obras estudadas nas produções acadêmicas. Sendo citada em 3 dos 8 trabalhos coletados. Em segundo lugar, empatados, aparecem Bourdieu e Butler que tiveram 2 de seus estudos contemplados nos

trabalhos. Ademais, a obra “História da sexualidade I: a vontade de saber”, de Foucault, apareceu em 2 dos artigos selecionados.

Isso implica que, tanto a recorrências desses/as teóricos/as quanto de suas obras, são indispensáveis quando se pensa em problematizar aspectos alusivos à Educação Sexual, gêneros, corporeidade e sexualidades enquanto dispositivos históricos. Ou seja, para aqueles/as que pretendem estudar essas problemáticas e compreender suas implicações para as relações entre os/as sujeitos/as, é importante beber na fonte desses/as autores/as.

Importa citar, por exemplo, que na produção “*Saberes escolares, diversidade sexual e gênero na Educação Infantil*”, o autor buscou apoio nas reflexões foucaultianas para defender que a sexualidade humana “[...] seria um ‘dispositivo histórico’ que perpassa uma extensa rede da superfície [...]” (Franco, 2019, p. 151). Esse assertiva valida as questões discutidas ao longo dos capítulos do nosso trabalho monográfico.

Ademais, como afirma Bonfim (2012), no que se referente às discussões a serem realizadas nas instituições educacionais,

[...] tão importante quanto o aprendizado da leitura e da escrita do mundo é o aprendizado da leitura de nós mesmos e da escrita de nossa história, o conhecimento do nosso corpo, de suas possibilidades e potencialidades, o que certamente nos ajudará a transformar o mundo num lugar melhor. Devemos conhecer nossa sexualidade para tornar melhor o nosso mundo interno, o nosso corpo e a nossa mente, que são o berço das significações da vida (Bonfim, 2012, p. 96).

É a partir dessa perspectiva e demais considerações dos/as estudiosos/as como Louro (2018), Auad (2019), Butler (2018), entre outros/as, bem como das discussões contidas tanto nas produções selecionadas quanto nas nossas argumentações expressas nesse trabalho, que defendemos uma Educação Sexual na Educação Infantil que transgrida o determinismo biológico e seja emancipatória (Nunes; Silva, 2006), (Bonfim, 2012), (Furlani, 2016).

Por último, mostraremos uma figura de nuvem de palavras expondo as palavras-chave que foram mais frequentes nas produções acadêmicas.

Contudo, faltou apresentarem aspectos referentes às diferentes abordagens da Educação Sexual no contexto escolar. Além disso, houve pouca discussão sobre o conceito de corporeidade e sexualidades. Nesse caso, o foco das argumentações foram as questões de gêneros.

Logo, a partir dos resultados expostos e das discussões realizadas ao longo dos capítulos de nosso trabalho monográfico, apresentaremos na próxima seção uma proposta didático-pedagógica que tem a finalidade de servir de estímulo para os/as educadores/as e demais profissionais que atuam na Educação Infantil, com crianças de 4 a 5 anos de idade, a repensarem conceitos hierarquizados e hegemônicos de gêneros, corpos e sexualidades.

4.1 Uma proposta didático-pedagógica para repensar conceitos de gêneros, corpos e sexualidades na Educação Infantil com crianças de 4 a 5 anos

Os artigos analisados evidenciaram ainda que os aspectos referentes à Educação Sexual e aos conceitos de corporeidade, gêneros e sexualidades tendem a ser encarados como um tabu tanto pelas instituições educacionais quanto pelas famílias. Essa problemática também serviu de estímulo para criar uma proposta didático-pedagógica que possa ser aplicada na Educação Infantil como estratégia para fomentar a ressignificação desses conceitos que foram construídos no decorrer da história. No entanto, importa enfatizar que as atividades que propomos não são uma receita finalizada cujos resultados serão imediatamente alcançados em quaisquer realidades educativas.

Pelo contrário, são sugestões de vivências que visam instigar os/as leitores/as e, principalmente, os/as profissionais da educação a criarem muitas outras propostas que favoreçam a quebra dos paradigmas conceituais hegemônicos. Ademais, as discussões presentes nos trabalhos acadêmicos se interligam a nossa proposta à medida que evidenciam a necessidade de assegurarmos a construção de uma sociedade que respeite a diversidade de sujeitos/as, de gêneros, corpos e sexualidades.

Nesse contexto, promover uma prática pedagógica contra hegemônica que inclua a Educação Sexual de abordagem emancipatória, nas discussões cotidianas da sala de atividades, é importante para viabilizar aprendizagens significativas, bem como desestabilizar as fronteiras socialmente hierárquicas dos binarismos de gêneros, sexualidades e corpos, de maneira que as crianças possam ressignificar os estereótipos associados a essas questões. Nesse sentido, faz-se necessário desenvolver atividades que não reforcem a binarização rígida dos corpos, tampouco

validem uma única sexualidade tida como “normal” / “natural”, bem como a divisão entre meninos e meninas.

Sobre essas problemáticas, Louro (2014) alerta-nos para o fato de que

A separação de meninos e meninas é [...] muitas vezes, estimuladas pelas atividades escolares, que dividem grupos de estudos ou que propõem competições. Ela é provocada, por exemplo, nas brincadeiras que ridicularizam um garoto, chamando-o de “menininha”, ou nas perseguições de bandos de meninas por bandos de garotos (Louro, 2014, p. 82-83).

Diante dessa afirmativa de Louro (2014), entendemos que cabe as instituições educacionais e profissionais da educação repensarem o fazer pedagógico, a fim de promover vivências as crianças que, de fato, contribuam para extinguir as desigualdades de gêneros, a misoginia, o sexismo e a violência contra aquelas pessoas dissidentes dos padrões hegemônicos do sistema patriarcal heteronormativo.

Para tanto, é indispensável problematizar o modo como as relações de gêneros são construídas nos espaços escolares, assim como incluir as famílias nas discussões sobre o currículo e as atividades que serão desenvolvidas com as crianças, para que saibam do compromisso e responsabilidade dos/as docentes com um ensino-aprendizagem significativo, democrático, inclusivo e libertador. Pois, “a escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o ‘lugar’ dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas” (Louro, 2014, p. 62).

Em vista de todas as argumentações expostas neste trabalho monográfico e, considerando as experiências vivenciadas como docente da Educação Infantil, durante os anos de 2021 e 2022, fui impulsionado¹⁰ a criar uma proposta didático-pedagógica que auxilie na problematização das questões de gêneros, corpos e sexualidades na Educação Infantil. Para tanto, estabelecemos um diálogo com os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil definidos pela BNCC (2018), especificamente os expostos a seguir

Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua

¹⁰ Peço licença aos/às leitores/as, haja vista que nesse momento utilizo a primeira pessoa do singular, uma vez que se trata de experiências pessoais que compõem minha subjetividade e identidade, entrelaçando-as a esta pesquisa acadêmica.

criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário (Brasil, 2018, p. 38).

Isso posto e, considerando uma prática educativa não sexista, não misógina e emancipatória, sugerimos a seguir uma proposta didático-pedagógica a ser desenvolvida com crianças de 4 a 5 anos da Educação Infantil.

Quadro 9 – Proposta didático-pedagógica

PROPOSTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA: MENINOS BRINCAM DE PRINCESAS E BONECAS E MENINAS DE CAVALEIROS E CARRINHOS. E DAÍ?



Fonte: Revista Superinteressante

Introdução

Os debates sobre gêneros, sexualidades e corpos acentuaram-se a partir do século XX, em consequência dos estudos como o da Butler (2018) e dos variados movimentos feministas, cujas ações contribuíram para trazer à luz questões alusivas às desigualdades entre mulheres e homens, bem como a ideia de performatividade de gêneros. Nessa perspectiva, gêneros, corpos e sexualidades são discutidas como sendo construções sócio-históricas que delimitam os arranjos das relações sociais de poder.

Outrossim, depreende-se que a maneira como as relações de gêneros é construída pelas sociedades tende a refletir valores, concepções e comportamentos considerados adequados, “normais” e “naturais” as pessoas. Nesse contexto, organizam-se os papéis sociais de mulheres e homens, meninos e meninas, bem como os modelos de masculinidades

e feminilidades, o biotipo de corpo e a sexualidade “normal”. Sendo assim, desde a tenra idade que os/as sujeitos/as são expostos a brinquedos, jogos e brincadeiras que reforçam binarismos e a separação entre as pessoas.

Importa destacar que esses aparatos culturais são importantes na Educação Infantil, uma vez que é por meio dos jogos, brincadeiras e brinquedos que as crianças aprendem a se relacionar entre si, a construir identidades e a compreenderem o mundo dos/as adultos. Nessa etapa da Educação Básica, fantasiar situações do cotidiano faz parte do processo de subjetivação dos/as pequenos/as. Logo, considerando a pertinência dessas temáticas para a ressignificação dos conceitos de gêneros, corpos e sexualidades, indicamos a seguinte proposta didático-pedagógica:

1. Conteúdo: Identidades de gêneros, corpos e sexualidades

2. Público alvo: Crianças de 4 a 5 anos da Educação Infantil

3. Tempo estimado: 5 aulas

4. Campos de experiências trabalhados (BNCC): O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Escuta, fala, pensamento e imaginação.

5. Habilidades BNCC:

- (EI03EO01) Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir.
- (EI03EO05) Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive.
- (EI03CG01) Criar com o corpo formas diversificadas de expressão de sentimentos, sensações e emoções, tanto nas situações do cotidiano quanto em brincadeiras, dança, teatro, música.
- (EI03EF01) Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão.
- (EI02EF06) Criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos.

6. Objetivos

- Entender que existem diferentes modos das pessoas performarem gêneros, produzirem corpos e expressarem sexualidades no meio social;
- Perceber que os brinquedos/brincadeiras/jogos não possuem gênero específico e podem fazer parte das brincadeiras de todos e todas;
- Valorizar e respeitar a diversidade de sujeitos/as, seus modos de brincarem e performarem gêneros, produzirem corpos e expressarem sexualidades, a fim de assegurar o cuidado de si e do grupo;
- Expressar-se livremente por meio de brincadeiras e jogos como possibilidades de experienciar situações reais de convívio harmônico e respeito às diferenças entre meninos e meninas.

7. Metodologia de ensino:

- **Primeira aula:** Roda de conversa para verificar o que as crianças definem a respeito do que é “ser menino” e “ser menina”. Em seguida, mostrar a capa do livro “Princesa Kevin”, de Michael Escoffier, e questioná-las sobre alguns aspectos, a saber: a criança da capa do livro é um menino ou menina? Por que? Do que será que a história vai falar? Depois, passar o livro entre as crianças para que possam folheá-lo e identificar outras imagens, indagando-as se os objetos que aparecem na história são de meninos ou meninas, a fim de observar quais conceitos os/as pequenos/as vão expor sobre as questões de gêneros, corpos, masculinidades e feminilidades, bem como o tipo de interações estabelecidas com o grupo. Auad (2019, p. 23) defende que “questionar, e não imediatamente negar, o que percebemos como tipicamente feminino ou tipicamente masculino pode ajudar a notar como muitas diferenças entre homens e mulheres não são naturais”. Logo após, iniciar a contação da história, fazendo algumas pausas para comparar aquilo que as crianças expuseram com o que de fato está contido na narrativa. Aproveitar a oportunidade para levantar as seguintes problemáticas: Kevin não queria se fantasiar de caubói. Ele queria se vestir de princesa. Existe algum problema nisso? Caso alguma criança responda que “sim”, pedir que justifique sua resposta. Por que meninas não podem ser cavaleiros e meninos, princesas? Assim que as crianças expuserem seus comentários, concluir a atividade explicando que o Kevin é um garotinho corajoso, pois mostrou para todas as pessoas que não há problema em meninos se fantasiarem de princesa. O importante é se sentir bem, feliz e se divertir.

- **Segunda aula:** Expor no meio da sala de referência uma caixa com bonecas e bonecos de diferentes cores e biotipos corporais. Pedir que as crianças escolham um/a das/os bonecos/as e dramatizem uma história entre o grupo com esses brinquedos. Logo após, questioná-las sobre: quais motivo(s) levaram-nas a escolher determinada/o boneca/o? Meninos podem brincar com bonecas ou só com bonecos? Se porventura nenhum menino não pegar uma boneca, indagá-lo(s) sobre quais as razões que lhe(s) impediram de escolher uma das bonecas. Observar os comentários que serão expostos e, em seguida, levantar as seguintes questões: Qual boneca/o tem o corpo mais bonito? Justifique. Qual dos corpos das/os bonecas/os você gostaria de ter? Todas as pessoas devem ter o mesmo tipo de corpo? Depois, expor um espelho na sala de atividades que tenha o comprimento próximo ao das crianças. Pedir que uma criança de cada vez se aproxime do espelho e observe com atenção a imagem refletida. Aproveitar a oportunidade para questioná-la se gosta do que ver, se sente bem com o próprio corpo? Ao final das falas dos/as pequenos/as, explicar que existem diferentes formas de produção dos corpos e, que, são exatamente essas diferenças que enriquecem a convivência em sociedade. Portanto, não existe um modelo de corpo imutável e universal (Goellner, 2013). O importante, nesse caso, é que cada pessoa se sinta bem e feliz com o biotipo de corpo que produz.
- **Terceira aula:** Exposição no centro da sala de referência de um varal com fantasias apenas de super-heróis (Batman, Superman, Homem-Aranha, entre outros) para observar quais das fantasias serão escolhidas e se as meninas vão escolher fantasias também. Logo após, levantar as seguintes problemáticas: que motivos lhes fizeram escolher determinada fantasia? Existe algum problema em meninas se fantasiarem de super-heróis? Propor um baile a fantasia, a fim de observar os modos de interação das crianças, bem como verificar a maneira que percebem os gendramentos nos objetos e nas brincadeiras. Sobre esses apontamentos, é importante reiterar que “as desigualdades acabam por ditar do que meninas boazinhas devem brincar, o que homens fortes devem fazer, do que toda mulher honesta deve fugir e como um menino corajoso deve se comportar” (Auad, 2019, p. 23).
- **Quarta aula:** Sondagem inicial para averiguar os conhecimentos prévios das crianças referentes aos diferentes tipos de configurações de famílias. Logo após, exibir a capa

do livro “Meus dois pais”, de Walcyrr Carrasco, para questioná-las a respeito dos aspectos da imagem da capa e, a partir deles, instigá-las a deduzir sobre o que a história vai falar. Aproveitar a oportunidade para indagá-las se conhecem famílias compostas por 2 pais ou 2 mães e o que pensam sobre esses tipos de composição familiar. Observar o que as crianças discorrem sobre os aspectos das sexualidades e das relações homoafetivas. Em seguida, iniciar a contação da história fazendo algumas pausas durante a narrativa para levantar alguns questionamentos, a saber: Por que a mãe do Naldo não queria que ele morasse com o pai? O que você acha do Naldo ter dois pais? Você acha “normal” dois homens ou duas mulheres formarem uma família? Depois que as crianças expuserem os comentários, explicar que existem diferentes formas das pessoas expressarem e viverem suas sexualidades e que, portanto, não há uma sexualidade “anormal”, bem como todo modelo de configuração familiar deve ser respeitado.

- **Quinta aula (Revisão final):** Sondagem inicial para verificar do que as crianças costumam brincar e com quem elas geralmente brincam. Em seguida, Cineminha: organizar as crianças em semicírculo em um tapete, na sala de referência e exibir o vídeo “Todos podemos cuidar”, da Baby Alive. Após assistirem ao vídeo, questioná-las se o fato de meninos brincarem com bonecas pode fazê-los deixar de ser meninos? Se acham que os homens também devem cuidar dos/as filhos/as em parceria com as mulheres. Por último, enfatizar que os brinquedos não devem ser generificados, que meninos e meninas podem brincar da forma que lhes deixam felizes, bem como produzir corpos que lhes causem bem-estar.

8. Recursos didáticos: Computador, *datashow*, caixa de som, fantasias de super-heróis, bonecos/as de diferentes cores e biotipos corporais, espelho, vídeo “Todos podemos cuidar”, livros “Princesa Kevin” e “Meus dois pais”.

9. Avaliação:

- Observação da participação das crianças durante o desenvolvimento das atividades propostas com a finalidade de verificar prováveis dificuldades e o nível de entendimento sobre as temáticas abordadas;
- Registro em ficha do desempenho das crianças.

Resultados esperados:

Como possíveis resultados, espera-se que as crianças percebam que não existe apenas um modo de ser menino ou menina, que as pessoas podem produzir os corpos de diferentes maneiras, bem como expressarem diferentes sexualidades. Além disso, almeja-se que sejam capazes de internalizar que podem brincar com os brinquedos que desejarem, de modo a ressignificarem os arranjos de gêneros e as relações construídas umas com as outras. Afinal, como afirma Louro (2014)

Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e *incorporados* por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprender a *preferir* (Louro, 2014, p. 65, grifos da autora).

Em vista disso, espera-se também que as atividades que foram propostas contribuam para a significativa construção identitária das crianças e produção de seus corpos, a fim de favorecer a equidade de gêneros e respeito à diversidade sexual.

Referências

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos:** relações de gênero na escola. 2a. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

BABY ALIVE BRASIL - TODOS PODEMOS CUIDAR. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (1 min 13 seg). Publicado pelo canal Hasbro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T-FbFuS_mxU>. Acesso em: 08 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília/DF, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. 16a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARRASCO, Walcyr. **Meus dois pais**. São Paulo: Moderna, 2017.

ESCOFFIER, Michael. **Princesa Kevin**. Tradução: Lígia Ulian. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2020.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. 9a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 30-42.

LOURO, Guacira Lopes. A construção escolar das diferenças. *In*: LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 61-91.

Fonte: Elaborada pelo autor.

A partir dessa proposta didático-pedagógica, depreendemos que é possível promover atividades que não reforcem a binarização rígida dos corpos, as desigualdades nas relações de gêneros e a invisibilidade das diferentes expressões das sexualidades. A ideia é confrontar a norma, desestabilizar os arranjos impostos pela heteronormatividade, considerando que segundo Seffner (2013, p. 145) “[...] as ações escolares parecem querer valorizar a diversidade sem tocar no estatuto da heteronormatividade, o que compromete seu alcance”.

Sendo assim, discutir e compreender como se estruturam socialmente os arranjos gendrados, as produções dos corpos e as manifestações das sexualidades é importante para evitarmos a discriminação ou silenciamento daquelas pessoas que transgredem as normas hegemônicas. Desejamos que essa proposta motive os/as leitores/as a construírem muitas outras propostas didático-pedagógicas que promovam a inclusão da Educação Sexual emancipatória na Educação Infantil. Na próxima seção, apresentamos nossas considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES (LONGE DE SEREM) FINAIS

Nossas considerações estão “longe de serem” finais porque esta pesquisa não se encerra nas discussões apresentadas ao longo dos capítulos desse trabalho acadêmico. Pelo contrário, entendemos que esse estudo possui temáticas que podem gerar muitas outras problemáticas e debates profícuos.

Posto isso, a partir da seleção de artigos na base de dados do Portal de Periódicos da CAPES, das leituras das produções acadêmicas coletadas e posterior análise reflexiva, à luz dos estudos de teóricos/as que discutem Educação Sexual, gêneros, corpos e sexualidades, constatamos que a discussão sobre essas temáticas desde a Educação Infantil é importante para que as crianças construam saberes significativos, à medida que contribui para a desestabilização dos conceitos disseminados pelo sistema binarista hegemônico de base patriarcal e matriz heterossexual, instigando-as a ressignificarem tanto as relações entre meninos e meninas quanto as noções de feminilidades e masculinidades, corporeidade e sexualidades.

Nesse contexto, depreendemos que a promoção de atividades que não reforcem os binarismos propicia também as/aos professores/as a oportunidade de assegurarem práticas educativas antissexistas, não misóginas e emancipatórias, fazendo-lhes transgredir as fronteiras dos currículos que geram silenciamentos e/ou invisibilidades das pessoas dissidentes da normatização hegemônica.

Importa ressaltar que, de acordo com os trabalhos acadêmicos analisados, a construção e afirmação identitária das crianças, bem como a equidade de gêneros, respeito às diferentes expressões das sexualidades e produção corporal são influenciadas pelos modelos de práticas educativas desenvolvidas nos espaços escolares e não-escolares. Nesse contexto, a inclusão de uma Educação Sexual emancipatória nos currículos da Educação Infantil corrobora a reorganização dos arranjos gendrados e binaristas.

Isso posto, é válido reafirmar que a baixa quantidade de artigos encontrados que abordam essas questões – tendo em vista o recorte temporal delimitado (2019 a 2022) e também a seleção apenas em uma base de dados – deve-se possivelmente ao fato de ter sido uma fase de retrocesso no que se refere à promoção de políticas públicas direcionadas para a discussão de problemáticas envolvendo a diversidade sexual e de gêneros, uma vez que o governo federal da época adotou uma postura conservadora-radical cujas ações provocaram silenciamentos e invisibilidades dos grupos tidos como minoritários e dissidentes como, por exemplo, a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

Destarte, compete às/aos docentes adotarem diferentes estratégias didático-pedagógicas e vivências, nas salas de referências, que enriqueçam o processo de ensino-aprendizagem e propiciem a participação ativa das crianças, instigando-as a conquistarem sua autonomia e construïrem suas identidades sem se sentirem oprimidas. Nesse caso, evitar a separação em grupos de meninas e meninos, durante a realização das atividades, é uma das importantes ações que deve fazer parte do cotidiano das instituições educacionais, a fim de não reforçar os binarismos e os conceitos hegemônicos.

Por conseguinte, afirmamos ser importante que novas pesquisas envolvendo essas temáticas sejam produzidas, de maneira a colaborarem para a subversão de paradigmas educacionais segregacionistas, promovendo, assim, a discussão da Educação sexual de abordagem emancipatória nos espaços escolares, com a finalidade de auxiliar no desenvolvimento de uma sociedade verdadeiramente justa, inclusiva, democrática, antirracista, antissexista, não misógina e digna para todos/as viverem e serem aquilo que desejam ser.

Ademais, esperamos que a leitura desse trabalho tenha sido fluída e lhe provocado inquietações, de maneira a contribuir para repensar suas ações e narrativas no que se refere à Educação Sexual, gêneros, corpos e sexualidades na Educação Infantil. Obrigado por ter concluído a leitura desta produção acadêmica!

REFERÊNCIAS

ALEVATO, Hilda. Nexus e sexus: (trans)formações docentes. *In*: REIS, Maria Amélia de Souza; ALEVATO, Hilda (Orgs.). **Nexus e sexus: perspectivas instituintes**. Petrópolis, RJ: DP et ali; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. 2a. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BONFIM, Cláudia. **Desnudando a educação sexual**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília/DF, 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 08 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação: Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação sexual**. Brasília/DF, 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Decreto de Nº 8.901/2016, de 10 de novembro de 2016**. Brasília/DF, 2016. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2016/11/10>>. Acesso em: 14 out. 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. 16a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de et al. **Direitos humanos das mulheres e das pessoas LGBTQI: Inclusão da perspectiva da diversidade sexual e de gênero na educação e na formação docente**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.

EM VÍDEO, Damares diz que “nova era” começou: “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”. **G1**. Brasília, 03 jan. 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>>. Acesso em: 06 set. 2023.

FERRARI, Anderson; MEIRELES, Gabriela Silveira. Alguns motivos para ensinar gênero e sexualidade às crianças desde a Educação Infantil. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 22 n. 66, jul./set. 2021. Disponível em: <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/51348>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhaon Albuquerque. 7a. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 2a. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

FRANCO, Neil. Saberes escolares, diversidade sexual e gênero na Educação infantil. **EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 6, nº 15, p. 134-154, jul/set, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/3899>>. Acesso em: 13 mar. 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 53a. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2019, p. 137-144.

FURLANI, Jimena. Abordagens contemporâneas para a educação sexual. In: FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 15-45.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2a. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 30-42.

GUIMARÃES, Agnes Sofia. Violência de gênero na sala de aula: raça, classe e diversidade não podem ficar de fora do debate. **Porvir – Inovações em Educação**, São Paulo, s/p, 08 mar. 2023. Disponível em: <https://porvir.org/violencia-de-genero-na-sala-de-aula-raca-classe-e-diversidade-nao-podem-ficar-de-fora-do-debate/>>. Acesso em: 31 ago. 2023.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11a. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade sexual na escola: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Homofobia nas Escolas: um problema de todos**. Brasília: MEC/SECAD, UNESCO, 2019, p. 13-43.

LÍRIO, Sérgio. No reino da alma. **Carta Capital**, São Paulo: Confiança, Ano X, nº 296, junho, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. 4a. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p. 9-42.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. In: LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 18-40.

LOURO, Guacira Lopes. A construção escolar das diferenças. In: LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 61-91.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**, v. 19, N.2 (56), maio/agosto, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>>. Acesso em: 18 maio. 2023.

NUNES, César; SILVA, Edna. **A educação sexual da criança**: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. Campinas: Autores Associados, 2006.

OLIVEIRA, Maria Fernanda Celli de; MUZZETI, Luci Regina. Sexualidade infantil: a relação entre Educação Sexual e a identidade de gênero. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. esp. 3, p. 1825-1840, dez. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14288>>. Acesso em: 08 mar. 2023.

OLIVEIRA, Maria Fernanda Celli de; MUZZETI, Luci Regina; MICHELETI, Laís Inês Sanseverinato. Sexualidade e Educação Sexual: uma perspectiva interdisciplinar na Educação Infantil. **Revista Científica UBM**, Barra Mansa (RJ), ano XXVI, v. 23, n. 44, 1. Sem. 2021 p.90-102. Disponível em: <<https://revista.ubm.br/index.php/revistacientifica/article/view/870>>. Acesso em: 25 mar. 2023.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; MOTT, Luiz. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019**: Relatório do Grupo Gay da Bahia. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/todos-dossies/grupo-gay-da-bahia/?gad=1&gclid=CjwKCAjwkY2qBhBDEiwAoQXK5cEnwzQ8yV9AZxatNIwOabXwx3uq8Xy-sabpyEjtywxFrvO1yjWkhoCacUQAvD_BwE>. Acesso em: 02 nov. 2023.

PRECIADO, Paul B. Quem defende a criança queer? In: PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano**: Crônicas da Travessia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 68-73.

RIVERA, Alfonso. Culto ao corpo: retrato de uma obsessão. **El País Semanal**, São Paulo, s/p, 23 jul. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/22/eps/1469215970_680873.html>. Acesso em: 10 ago. 2023.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Por que a psicanálise?** Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

SANTOS, Aline Cristiane Ribeiro Ferreira dos; LIRA, Aliandra Cristina Mesomo. Disciplinar e constranger: o corpo-criança e seu (não)lugar nas instituições educativas. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 45, n. 3, p. 906–922, 2021. DOI: 10.5216/ia.v45i3.64193. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/64193>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

SEFFNER, Fernando. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 145-159, jan./mar. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022013000100010>>. Acesso em: 03 nov. 2023.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23a. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Josinaldo Monteiro da et al. As diferentes abordagens da educação sexual em Orações para Bobby (direção: Russell Mulcahy, 2009). **Anais VI CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/59200>>. Acesso em: 07 jul. 2023.

STROBEL, Karin. **As Imagens do Outro Sobre a Cultura Surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

BREVE CURRÍCULO DO AUTOR

JOSINALDO MONTEIRO DA SILVA

Cursou o Ensino Médio regular na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor Odilon Alves Pedrosa (Sapé-PB), concluindo-o no ano de 2005. No ano seguinte, ingressou no Ensino Médio Modalidade Normal (Magistério), na Escola Normal Estadual Cassiano Ribeiro Coutinho (Sapé-PB), finalizando-o em 2009. Posteriormente, no ano de 2010, ingressou no curso de Letras – Língua Portuguesa, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), licenciando-se em 2014. Já no ano de 2017, começou a cursar Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Além disso, cursou algumas especializações nas áreas de linguística e educação, entre os anos de 2015 a 2021, a saber:

- Ciências da Linguagem com ênfase no Ensino de Língua Portuguesa (UFPB);
- Ensino de Língua Portuguesa como Segunda Língua para Surdos (IFPB);
- Educação Étnico-racial na Educação Infantil (UEPB);
- Gênero e Diversidade na Escola (UFPB).

Teve experiência como monitor em dois períodos remotos do curso de Pedagogia (UFPB), nos seguintes componentes curriculares:

- Distúrbios de Aprendizagem (2020.1);
- Pesquisa Educacional (2020.2).

Participou dos seguintes projetos acadêmicos da UFPB:

- PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (2019 a 2020);
- PROLICEN – Programa de Licenciaturas (Educação em Direitos Humanos) (2019 a 2020);
- Extensão “Gênero na Escola: somos mesmo iguais?” (2020).

Apresentou trabalhos (artigos) em formato de comunicação oral em diferentes congressos educacionais. Entre essas produções, destacam-se:

- A transgeneridade na infância em George, de Alex Gino. *VI Seminário Internacional de Práticas Educativas – SECAMPO* (2018);

- As diferentes abordagens da Educação Sexual em Orações para Bobby (Direção: Russell Mulcahy, 2009). *VI Congresso Nacional de Educação – CONEDU* (2019);
- Educação em Direitos Humanos: reflexões sobre a mediação de conflitos e o combate a todo tipo de discriminação no contexto escolar. *X Seminário Internacional de Direitos Humanos* (2019);
- Do discurso de ódio homofóbico à resistência Lgbtqia+: uma análise das mensagens publicadas nas redes sociais. *IV Seminário Internacional Desfazendo Gênero* (2019).

Teve algumas produções publicadas em periódicos e capítulos de livros. Entre elas, destacam-se:

- Os gêneros textuais e o interesse pela leitura – (2017);
- Escola Sem Partido: amordaça para a diversidade das práticas docentes – (2021);
- “Meu corpo, minhas regras”: a luta do movimento LGBTQIA+ em busca da garantia dos direitos sexuais mediante a Educação em Direitos Humanos – (2022).

No tocante à experiência profissional, destaca-se o trabalho em instituições públicas, a saber:

- Centro de Referência em Educação Infantil Adriano da Silva de Figueiredo (CREI) – Sapé/PB

Cargo: Professor P1 (2 anos em turmas do Pré-Escolar I e II);

- Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Novo Taipu – São Miguel de Taipu/PB

Cargo: Professor P1 (de 2021 até o presente momento em turmas do 1º, 2º e 3º anos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental);

- Escola Municipal de Ensino Fundamental Orlando Soares de Oliveira – Sapé/PB

Cargo: Professor P1 (Início de 2023 até o presente momento em turma do 1º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental).